

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

GIOVANNA STAEL DE ABREU DOS SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO DO PAPEL DE GOVERNANTAS/BABÁS EM *EMMA*,
DE JANE AUSTEN, E *SUÍTE TÓQUIO*, DE GIOVANA MADALOSSO**

CAMPO GRANDE – MS

Novembro – 2024

GIOVANNA STAEL DE ABREU DOS SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO DO PAPEL DE GOVERNANTAS/BABÁS EM *EMMA*,
DE JANE AUSTEN, E *SUÍTE TÓQUIO*, DE GIOVANA MADALOSSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Estudo de Linguagens da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Andre Rezende
Benatti, como requisito para obtenção do título de Mestre em
Estudos de Linguagens, pela linha de pesquisa Representação,
Cultura e Literatura.

CAMPO GRANDE – MS

Novembro – 2024

TERMO DE APROVAÇÃO

GIOVANNA STAEL DE ABREU DOS SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO DO PAPEL DE GOVERNANTAS/BABÁS EM *EMMA*,
DE JANE AUSTEN, E *SUÍTE TÓQUIO*, DE GIOVANA MADALOSSO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – PPGEL – UFMS, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Estudos de Linguagens.

Campo Grande, 20 de dezembro de 2024.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Andre Rezende Benatti – UEMS (Presidente)

Profa. Dra. Rosana Cristina Zanelatto Santos – UFMS (Títular)

Profa. Dra. Jordana Cristina Blos Veiga Xavier – UFMS (Titular)

Prof. Dr. Wellington Furtado Ramos – UFMS (Suplente)

Profa. Dra. Giovana Quinalha de Oliveira – UFMS (Suplente)

À Luiz Augusto e Mara Lúcia (in memoriam), que deram início a esse sonho comigo, mas, infelizmente, não puderam acompanhar sua realização.

AGRADECIMENTOS

Este espaço é dedicado a expressar minha mais profunda gratidão às pessoas que estiveram comigo, direta ou indiretamente, durante esta jornada. Primeiramente, agradeço a Deus, quem me permite acordar e viver todos os dias. Estar no programa de pós-graduação não foi fácil, mas Jeová Deus me deu toda força necessária para conseguir lidar com o turbilhão de coisas que aconteceram no processo. Perdi pessoas amadas e ganhei outros dois amores, meus sobrinhos, Arthur e Aurora, tudo isso é pra mostrar pra vocês que é possível realizar sonhos. Titia ama vocês!

Aos meus pais, que, embora não puderam estar presentes para acompanhar a finalização deste trabalho, foram minha fonte de inspiração e força em cada etapa. Seus ensinamentos, amor incondicional e valores permanecem como base sobre a qual construí minha trajetória acadêmica e pessoal. Este trabalho é dedicado a vocês, em memória e em honra de tudo o que representaram e continuam representando em minha vida. Sou muito grata por terem sempre acreditado em mim. Pai, eu ainda não estou na academia de Letras, mas já sou Mestre. Eu cheguei até aqui por vocês e vou seguir por vocês. Te amo, mãe! Te amo, pai, minha Ohana!

Aos meus colegas de trabalho, que com muita compreensão e apoio, facilitaram os momentos em que foi preciso equilibrar as demandas profissionais e acadêmicas. Suas palavras de incentivo, sua paciência e suporte foram fundamentais para que eu pudesse continuar escrevendo e estudando, meu muito obrigada! À minha família, por todo o carinho, suporte e acolhimento. Vocês foram meu porto seguro e minha motivação constante. Cada gesto, por menor que tenha parecido, contribuiu enormemente para que eu pudesse concluir esta etapa tão importante.

Aos amigos, por serem a rede de apoio que me sustentaram nos momentos mais difíceis e por celebrarem comigo cada pequena vitória ao longo deste percurso. Vocês foram o alívio necessário nos momentos de tensão, obrigada por estarem ao meu lado, compartilhando risadas, conselhos e momentos de descontração que tornaram a caminhada mais leve e significativa. Obrigada ao meu orientador maravilhoso, André, por ter me apoiado, auxiliado e não ter desistido de mim durante minha caminhada no mestrado, seria impossível concluir essa pesquisa sem todo seu suporte, obrigada por ter tornado tudo tão leve e possível. Por fim, quero agradecer a quem minha gratidão será eterna, professor Wellington, obrigada por ter acreditado e confiado em mim, obrigada

por permitir que meu sonho fosse realizado, tenho certeza que meus pais teriam amado te conhecer.

RESUMO

O intuito deste trabalho é analisar a representação do papel de governantas/babás e sua invisibilidade dentro das obras ficcionais e na realidade, a partir de uma visão feminista. Para tal, duas personagens serão levadas em consideração, Miss Taylor, em *Emma* (1815), de Jane Austen, e Maju, em *Suíte Tóquio* (2020), de Giovana Madalosso, além de buscar compreender como as personagens tornam-se protagonistas em suas narrativas. Miss Taylor/Mrs. Weston, é a governanta da família Woodhouse, enquanto Maju trabalha como babá para Fernanda e Cacá. As personagens se aproximam por estarem representando um papel maternal para as meninas as quais prestam serviços, em contrapartida, elas se distanciam por apresentarem protagonismos diferentes, como se houvesse uma evolução de uma obra para outra. Está sendo analisado a representação das governantas/babás como mãe, a (in)visibilidade das personagens Maju e Miss Taylor e a representação dessas obras, utilizando os conceitos apresentados por Aristóteles, em *A poética clássica* (2021) e de Erich Auerbach, em *Mimesis* (2021). Além disso, há uma análise histórica a fim de saber se há verossimilhança, partindo da escrevivências do livro *Eu, empregada doméstica* (2019), de Preta-Rara e das discussões presentes no livro de Juliana Teixeira, *Trabalho Doméstico* (2021) com a contemporaneidade. Resultando no estudo do papel condicionado à mulher, com base nos estudos Silvia Fererici em *Calibã e Bruxa* (2017) e *O ponto zero da Revolução* (2019).

Palavras-chave: Representação; Crítica literária feminista; Babá; *Emma*; *Suíte Tóquio*.

ABSTRACT

This study aims to analyze the representation of the role of governesses/nannies and their invisibility within fictional works and in reality, from a feminist perspective. To this end, two characters will be examined: Miss Taylor, from *Emma* (1815) by Jane Austen, and Maju, from *Suíte Tóquio* (2020) by Giovana Madalosso, with a focus on understanding how these characters become protagonists in their narratives. Miss Taylor/Mrs. Weston is the governess of the Woodhouse family, while Maju works as a nanny for Fernanda and Cacá. The characters share similarities in their portrayal as maternal figures to the children they care for; however, they differ in their levels of protagonism, suggesting an evolution from one work to the other. This analysis investigates the representation of governesses/nannies as maternal figures, the (in)visibility of the characters Maju and Miss Taylor, and their respective portrayals in these works. It draws on the theoretical frameworks of Aristotle in *The Poetics* (2021) and Erich Auerbach in *Mimesis* (2021). Additionally, a historical analysis is conducted to assess the verisimilitude of these portrayals, using insights from *Eu, empregada doméstica* (2019) by Preta-Rara and discussions from *Trabalho Doméstico* (2021) by Juliana Teixeira, in dialogue with contemporary issues. The study ultimately examines the societal role imposed on women, informed by Silvia Federici's works, *Caliban and the Witch* (2017) and *Revolution at Point Zero* (2019).

Keywords: Representation; Feminist literary criticism; Nanny; *Emma*; *Suíte Tóquio*.

SUMÁRIO

Considerações iniciais.....	10
Capítulo 1 - Entre histórias e silêncios: de governantas a babás.....	16
1.1 O século XIX e a governanta: vozes submersas no tempo.....	18
1.2 1.2 Babás do século XXI: ecos de um papel ainda invisível.....	31
Capítulo 2 - A governanta em <i>Emma</i>: afetos e hierarquias literárias.....	44
2.1 Miss Taylor/Mrs. Weston: entre devoção e transição.....	46
2.2 Representação da ordem social no espelho da ficção.....	49
Capítulo 3 - A babá em <i>Suíte Tóquio</i>: rebeldia e resistência no contemporâneo.....	55
3.1 Maju: vozes roucas de uma rotina silenciada.....	57
3.2 Entre a maternidade substituta e o realismo.....	62
Considerações Finais	76
Referências.....	78

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O papel atribuído às mulheres é questionável em nossa sociedade, dentre esses, o de maior destaque é o da mulher como mãe. As famílias com boas condições financeiras no passado tinham governantas em seus lares a fim de cuidarem da parte física e emocional das crianças, seja porque perderam a mãe precocemente ou por optarem por ter uma pessoa responsável por essas obrigações. No romance *Emma* (2013), de Jane Austen é apresentado um exemplo de mulher representando o papel de mãe em diversas situações, ela é Miss Taylor, personagem secundária da trama a qual dedica boa parte de sua vida para a criação da protagonista Emma e sua irmã Isabella, ocupando o lugar de mãe porque ela “dedicara quase o mesmo afeto da mãe.” (Austen, 2013, p.5).

Uma segunda obra a ser discutida durante a dissertação é de Giovana Madalosso, *Suíte Tóquio* (2020), nela Maju, babá da família, começa narrando a história de forma intrigante ao dizer “Estou raptando uma criança.” (Madalosso, 2020, p.9). No início da leitura da obra faz com que o leitor pense em diferentes motivos para que a babá esteja sequestrando a criança e pode até levá-lo a questionar sobre a índole da personagem. Mas, com o passar da narrativa, o leitor cria outras considerações, levando-o a entender o real motivo e permitindo-o formar uma opinião mais embasada, apresentando os diferentes lados da história e visualiza o amor maternal da personagem pela criança.

Por demonstrar a rotina da Maju como empregada doméstica, será apresentado como ela pode ser uma representação das babás da realidade e como a ficção se aproxima do real com essas descrições. Dessa maneira, nesta dissertação será discutido sobre como duas obras de autoras femininas, *Emma* (Austen, 2013) de Jane Austen, e *Suíte Tóquio* (Madalosso, 2020), de Giovana Madalosso, são representações de algumas de suas personagens femininas. Levando em consideração os estudos de Auerbach no livro *Mimesis* sobre representação ser “a interpretação da realidade através da representação literária ou ‘imitação’” (Auerbach, 2021, p.599), mostrando que as personagens a serem comentadas podem ser representações das pessoas reais a serem citadas.

O tema foi selecionado devido a importância de retratar como as babás aparecem na literatura e são invisibilizadas tanto na atualidade quanto na antiguidade. A decisão de selecionar esse recorte ocorreu devido a uma sugestão durante o início do processo de pesquisa e tornou-se válida porque não há pesquisa da mesma temática com a obra *Suíte Tóquio* (2020) e poucas há pouca produção teórica em *Emma* (2013) sobre o assunto.

Assim, o objetivo da dissertação é demonstrar como as personagens Miss Taylor e Maju tornam-se protagonistas em suas narrativas.

As governantas eram responsáveis por determinar funções na casa e responder em nome dos donos, ou, em outros casos, elas cuidavam da criação educacional das crianças porque o termo *governess*¹ utilizado em *Emma* (2013) pode se referir a ambas as situações. Sendo assim, Miss Taylor estava nesse local substituindo o papel indicado para a mãe, tendo em vista que a mãe da protagonista faleceu precocemente. Apesar de ser um ambiente com a ausência física da presença materna por motivos não controláveis, na atualidade, as mulheres não querem mais se dedicar totalmente ao lar ou se manter a serviço da família, como faziam anteriormente.

O trabalho doméstico nunca foi considerado um trabalho efetivo, conforme Silvia Federici fala, ele “foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado.” (Federici, 2019, p.42-43). Fazendo com que a mulher acredite que cuidar das crianças seja parte natural da sua vida e que não mereça ser reconhecida e remunerada. A partir disso é válido pensar sobre como o trabalho doméstico teve uma maior desvalorização devido a ampliação do capitalismo, especialmente no mundo depois da Segunda Guerra Mundial, como os homens não conseguiam mais sustentar a casa sozinhos, as mulheres precisavam de um emprego com salário, saindo das casas para o mercado de trabalho.

Ao realizar esse processo surge um questionamento: o que fazer com as crianças geradas? Essas mulheres precisavam de substitutas para cuidar dessas crianças, assim aumenta a necessidade das babás, exercendo o papel de mãe, muito similares à função desenvolvida pelas governantas. Algumas vezes, elas eram irmãs, sobrinhas, primas, ou seja, familiares próximos que assumem esse papel e/ou uma pessoa externa à família, geralmente do sexo feminino. De forma geral, quem é escolhido para exercer a função são pessoas com pouca instrução para que ela crie um apego emocional de gratidão ao seu empregador, tal como o seguinte relato:

Minha avó era filha de fazendeiros, casou-se com um fazendeiro e logo foi morar na cidade. Sempre buscou por moças com as mesmas características, adolescentes, de famílias humildes que vivessem no interior e normalmente semianalfabetas. O aliciamento era feito por intermédio de mulheres que

¹ O termo *governess* é relevante para a discussão porque na versão original de *Emma* (2013) ele é utilizado para representar Miss Taylor, enquanto na tradução de Doris Goettems a palavra escolhida foi “babá”.

recebiam dinheiro ao acharem uma “moça de confiança” para trabalharem em residências das cidades maiores. (Preta-Rara, 2019, p.145).

Conforme observado, a mulher era jovem e de família humilde, ao dizer que ela é semianalfabeta, reafirma que ela tinha baixa instrução e possivelmente não tinha conhecimento do abuso sofrido pelos patrões, confirmando a ideia de mantê-las reféns da condição inserida. Afinal, se ela não sabe sobre seus direitos e nem sobre sua situação, impede a empregada de sair daquele estado.

Empregadores com má intenção procuram manter um padrão ao contratar empregadas domésticas: pobres, com poucas oportunidades e pouco ou sem estudo. O intuito deles é fazer com que a pessoa sinta-se obrigada a ser grata e retribuir de alguma forma o mínimo que recebem deles, como um local para dormir e restos para sobreviverem. Isso pode ser visto no relato descrito pela filha de uma empregada doméstica.

Antes de ir trabalhar na casa do prefeito de Natal/RN, onde minha mãe era copeira, minha tia trabalhava pra uma mulher que dizia que ela só podia comer meia banda de pão francês no café da manhã e isso era o suficiente até a hora do almoço. Minha foi comprar pão com o próprio dinheiro e a patroa disse que ela não podia, repetindo “meia banda de pão é o suficiente”.

Daí minha tia foi trabalhar na casa do prefeito (onde não deixaram minha mãe estudar) e achou uma maravilha, pelo menos elas podiam se alimentar à vontade e tinham comida de qualidade... (Preta-Rara, 2019, p.64).

Conforme lido, os patrões manipularam as situações fazendo com que elas acreditassem que oferecer comida é uma ótima ação e impedir o estudo não é algo ruim. Eles negavam direitos garantidos às mulheres que trabalhavam na casa e as convenciam de que o erro não era deles, mas que estariam fazendo um favor à elas. Devido a esses relatos as lentes da crítica voltaram-se para as mulheres que estão nessas posições marginalizadas, ocupando lugares de governantas e/ou babás.

Assim, o objeto de estudo da dissertação é a representação de governantas e babás nas obras selecionadas. Em *Emma* (2013) será discutido sobre Miss Taylor, governanta da família Woodhouse, e na obra *Suíte Tóquio* (2020) será abordado sobre Maju, babá de Cora. Serão apresentadas características dessas mulheres e o que elas possuem em comum com as mulheres de seu período histórico. Para essa análise, será levado em consideração os espaços geográfico-temporal de cada personagem.

Apesar de muitas pesquisas sobre Austen, a protagonista não será mais Emma, mas sim, Miss Taylor/Mrs. Weston. Como há poucas discussões sobre o recorte selecionado em *Emma* (2013), falar sobre representação de governantas na obra proposta é de extrema importância pensando a partir da falta de representatividade que essas mulheres têm e na escassez de produção teórica com relação à essa temática.

A análise está embasada em contextos histórico-sociais e teóricos da crítica literária, propondo um resgate histórico a partir de uma concepção diferente das quais os debates existentes já passaram, voltando-se para o estudo da figuração na literatura, contradições sócio-históricas sobre conflitos sociais envolvendo o feminino e a possibilidade de uma compreensão mais abrangente dos significados remanescentes nos debates atuais sobre o papel e/ou a representação das governantas/babás na literatura, com uma perspectiva feminista. Tendo em vista que as relações de gênero estão presentes de forma intensa nessa discussão, especialmente no que se refere à divisão sexual do trabalho.

Durante o estudo das obras também será lançado um olhar ao narrador e ao ponto de vista construído, além de esclarecer o contexto de produção. Com o aporte teórico de Jaime Ginzburg (2012) e Antoine Compagnon (2012) discorreremos sobre quais tipos de narradores estão presentes; sobre o narrador a partir de Theodor Adorno (2003); Norman Friedman (2002) discorrendo sobre o ponto de vista e como ele influencia na percepção que o leitor tem dessas personagens.

É preciso compreender de antemão que durante a pesquisa foram utilizados estudos sobre a empregada doméstica pelo fato de ambas as posições sociais (governanta e babá) serem atualmente consideradas empregadas domésticas no Brasil pela Lei Complementar 150/2015, a qual define no art. 1º: “Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana [...]” (Brasil, 2015). Assim, por vezes aparecerão os termos governanta/babá/empregada doméstica. Apesar disso, foi considerada a posição de Miss Taylor, seu tempo e espaço, entendendo que seu local e tempo são outros e a legislação é diferente devido ao seu país de origem.

A pesquisa iniciará com um percurso histórico sobre o ser governanta no século XIX, a partir da apresentação da filósofa Silvia Federici (2017), pioneira na luta pela reivindicação do pagamento de salário para o trabalho doméstico. Tendo em vista sua

influência na visão feminista, dois livros importantes serão utilizados para embasamento teórico, *Calibã e a Bruxa* (2017), onde ela explica como a governanta era durante o período pré e durante a caça as bruxas e como sua voz era constantemente silenciada por conta da inserção do capitalismo. *O ponto zero da revolução* (2019) mostrará como o trabalho doméstico tem sido uma luta feminista que acontece desde a época da Segunda Guerra Mundial e em como isso está diretamente ligado com a construção da sociedade num viés político-sociológico.

A discussão sobre o percurso histórico continuará por meio da explanação sobre a mulher que trabalha em casa de família e como surgiu a profissão de empregada doméstica no Brasil. A professora Sônia Roncador, com seu livro *A doméstica imaginária literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)* (2008) explicará sobre o posicionamento dessas mulheres na sociedade e sobre como eram vistas por seus patrões.

Dando sequência à discussão, os relatos presentes na obra *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (2019) e de outras empregadas domésticas iluminarão sobre como está o trabalho dessas mulheres no século XXI. Esse livro é um compilado de testemunhos de diferentes empregadas domésticas realizados por Preta-Rara, uma rapper, professora e feminista brasileira, quem luta pela visibilidade das empregadas domésticas.

A passagem pelos três séculos proporcionará um entendimento amplo sobre o que é ser empregada doméstica e como houve essa transição de um século para outro. Além disso, as obras demonstrarão como a governanta/babá pode influenciar na vida das crianças, que muitas vezes são criados exclusivamente por elas. O artigo intitulado *A importância da babá na construção da subjetividade*, da psicanalista Regina Lima, guiará esse tópico.

Assim como Auerbach (2021) fala em sua análise do anti-romance Germinie Larceteux (1865)

Vivemos, dizem os Goncourt, na época do sufrágio universal, da democracia, do liberalismo (merece ser lembrado que eles, de maneira alguma, eram amigos incondicionais dessas instituições e fenômenos); portanto, é injusto excluir as assim chamadas classes mais baixas da população, o povo, do tratamento literário sério, tal como ainda acontece, assim como é injusto conservar na literatura uma aristocratização dos temas, o que não mais corresponde ao nosso quadro social; (Auerbach, 2021, p.533-534).

É injusto não dar atenção às empregadas domésticas que tanto trazem lucro para o capitalismo e não são valorizadas pelo sistema. Falar sobre as personagens secundárias no romance é deixar de lado a aristocracia do romance e levar em conta o quadro social da sociedade. A partir dessa visão, nossas lentes voltarão para as personagens Miss Taylor e Maju, possibilitando fazer uma leitura histórico-crítica de ambos os livros, de Austen (2013) e Madalosso (2020). As empregadas domésticas precisam ter voz, o marginalizado precisa emergir.

A dissertação está dividida em três capítulos, o primeiro, intitulado “Entre histórias e silêncios: de governantas a babás” apresenta um percurso histórico sobre a trajetória da governanta até a babá da atualidade, mostrando como a governanta por vezes só tinha como opção ficar no lar de famílias mais abastadas e de como as babás seguiam a mesma linha. Após, será explicado como surge essa profissão no Brasil e suas características, com exemplos de pessoas reais e literários sobre como eram cada uma das mulheres em questão.

No segundo capítulo, “A governanta em *Emma*: afetos e hierarquias literárias”, a discussão se dará por intermédio da análise de *Emma* (2013) e da personagem em evidência, Miss Taylor/Mrs. Weston. Será apresentado o tipo de narrador presente na obra, o ponto de vista em destaque e a representação presente na obra. Ao chegar no terceiro capítulo, “A babá em *Suíte Tóquio*: rebeldia e resistência no contemporâneo”, será percorrido um caminho similar ao do capítulo anterior, contudo, com o enfoque em Maju e na obra de Giovana Madolosso, *Suíte Tóquio* (2020). Destacando pontos como tipo de narrador, ponto de vista e representação.

A pesquisa também busca reconhecer as experiências das governantas como parte integrante da história do capitalismo e da opressão das mulheres, ampliando a compreensão das lutas e resistências que caracterizaram essa época e que continuam a ressoar nos dias de hoje, levando a pensar sobre as babás da atualidade a partir de um ponto de vista feminista.

CAPÍTULO 1

ENTRE HISTÓRIAS E SILÊNCIOS: DE GOVERNANTAS A BABÁS

“O bebê, ao nascer, necessita que alguém no mundo seja seu anfitrião, acolhe seu gesto, estabelecendo as condições adequadas ao ‘acontecer’ humano numa amostra temporal de desenvolvimento.” (Lima, 2014, p.54) A psicanalista e membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ), Regina Lima, apresenta nesta citação sua crença de que o papel da mãe com o cuidado com a criança é essencial para a formação do ser que ela se tornará no futuro.

Lima (2014) reafirma acreditar que a criança precisa de uma referência quando nasce, além de apresentar o que foi defendido por Freud e os pós-freudianos sobre como a construção do sujeito individual se dava, em sua maioria, na primeira infância,

Freud desenvolve constructos teóricos muito bem sustentados, demonstrando que a base do psiquismo humano é construída na primeira infância. Os pós-freudianos Klein, Winnicott e Lacan, reafirmam que as experiências do bebê/criança vividas neste período são os avatares da subjetividade. Apesar de partirem de matrizes clínicas, construções teóricas e até da compreensão da natureza humana diferentes, os autores vão dar a mãe, um papel fundamental neste processo. Desta forma, reforçam no imaginário social da época, a importância da mulher permanecer em casa acompanhando o desenvolvimento de seus filhos. (Lima, 2014, p.55).

A proposta apresentada por Regina Lima (2014) demonstra como alguns estudiosos reforçam o estereótipo da mulher como única responsável por cuidar do desenvolvimento dos filhos. Demonstrando que seu papel é primordial nesse processo. Apesar disso, entende-se que o cenário não é esse e algumas mães ficam em casa com os filhos, porque uma parcela delas precisam auxiliar no sustento do lar e outras preferem ter alguém que possa ser responsável pelo cuidado das crianças.

Algumas mães não conseguem pagar uma babá para cuidar das crianças e esse papel acaba sendo exercido por uma irmã/irmão mais velho ou parente próximo, em determinados momentos sem pagamento justo ou até sem pagamento algum. Geralmente, esse papel é atribuído a um parente do sexo feminino, porque a construção social faz acreditar que a mulher deve realizar essa função. Esse pensamento é proveniente de diferentes camadas, uma delas é da medicina, alguns médicos condicionam a culpa de qualquer “erro” que aconteça com a criança como sendo de responsabilidade da mãe.

O pediatra, psiquiatra infantil e psicanalista Donald Winnicott fala sobre a função da mãe na criação do filho e em como essa responsabilidade é natural. O título do primeiro capítulo já faz essa evidência ao ser chamado de “A mãe dedicada comum”, o doutor reconhece a problemática, ainda assim ele prefere se abster da discussão, ele declara:

Como vocês podem imaginar, esta frase deu origem a comentários sarcásticos, e há muitas pessoas que acham que sou sentimental quanto às mães, que as idealizo e deixo de lado os pais, e que sou incapaz de perceber que algumas mães são horríveis, quando não de todo inviáveis. Tenho de conviver com estes pequenos inconvenientes, pois não me envergonho daquilo que está implícito naquelas palavras. (Winnicott, 2002, p.1-2).

Winnicott (2002) entende os significados que o termo “mãe dedicada comum” acarreta, a problemática e isenção de responsabilidade do pai mediante à criança, mesmo assim, ele opta por mantê-lo, afinal, o que for subentendido não o afeta.

Pensando nesse viés, Winnicott (2002) demonstra como a mulher possui o papel de ser quem cuida do bebê, agregando a ela responsabilidades físicas e emocionais sobre as crianças, além de culpa sobre o que acontece na vida dela, demonstrando como uma falha na criação. O psicanalista afirma:

[...] precisamos levar em conta a etiologia e ser capazes, se necessário, de dizer que algumas das falhas de desenvolvimento com as quais nos deparamos decorrem de uma falha do fator ‘mãe dedicada comum’ em determinado momento ou ao longo de uma fase. (Winnicott, 2002, p.7).

O ponto de vista defendido é de algumas falhas no desenvolvimento da criança ocorrem pelo fato da “mãe dedicada comum” não ter feito seu melhor com o/a filho/a. Além disso, é notável o fato da criança ter a necessidade de alguém como referência para apoio e cuidado, tendo em vista que a psique do bebê só será formada de forma satisfatória com a participação efetiva de um ser humano para segurar e cuidar dele. A discussão de Winnicott (2002) é problemática por fazer com que a mulher seja condicionada a fazer um trabalho não remunerado, sem direito à falha, com sua carga horária sempre em crescimento e ainda não ter o reconhecimento com trabalho. Federici (2019) mostra como esse trabalho foi criado para aumentar o lucro do capitalismo:

O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, [...]. (FEDERICI, 2019, p.43)

Esse trabalho é levado ao senso comum como algo condicionado às mulheres, sem direito à luta contra ele porque já é entendido que as mulheres devem cuidar do lar e das crianças, não importa o que aconteça. Retomando a defesa de Winnicott (2002) caso a mulher não realize o trabalho condicionado à ela, falhará como mãe.

Devido a forma como o trabalho doméstico foi imposto às mulheres é compreensível o motivo de existir governantas/babás do sexo feminino, entende-se que esse é um trabalho realizado por amor e não por necessidade, muito menos com direito de remuneração. Acredita-se que a mãe deve cuidar do bebê e de tudo o que isso acarreta de forma alegre e sem exigir um valor por esse trabalho. Por não receber remuneração, muitos consideram esse trabalho de pouca relevância, tornando-o um trabalho invisível.

Assim, este capítulo propõe uma investigação do percurso histórico que se estende desde a figura da governanta no século XIX até a babá do século XXI, visibilizando essas mulheres. Ao longo desse período, observamos mudanças significativas nas condições de trabalho, nas relações de poder e nas representações sociais dessas mulheres que desempenham um papel fundamental no cuidado e na educação das crianças.

No século XIX, as governantas eram comuns entre as famílias da classe alta, fato que não se diferencia da atualidade, afinal, as babás são presenças comuns em muitos lares de pessoas com classe média/alta. Será analisado como esse processo se mantém e/ou foi alterado no decorrer dos anos, apresentando questões teóricas, literárias e de vivências de pessoas reais, que passaram por situações similares às personagens em análise, no Brasil do século XXI.

1.1 O século XIX e a governanta: vozes submersas no tempo

A compreensão do papel da governanta no século XIX exige uma análise detalhada do contexto histórico e social da época. Para este estudo, focaremos na figura da governanta europeia, tendo como justificativa o estudo da personagem Miss Taylor, uma mulher inglesa do século XIX. Nesse período, a sociedade era fortemente estratificada, com rígidas hierarquias de poder e uma clara divisão de classes.

As mulheres, especialmente aquelas oriundas das classes mais baixas, enfrentavam severas limitações em termos de oportunidades e liberdades. Para muitas mulheres solteiras de origem modesta, o trabalho como governanta representava uma das poucas alternativas viáveis para garantir o sustento. Entretanto, a aparente liberdade

proporcionada pela divisão social não foi, de fato, benéfica para todos. Como aponta Federici (2017, p.61), "os camponeses mais pobres – que possuíam apenas alguns acres de terra, suficientes para sua sobrevivência – perderam até o pouco que tinham", o que levou essas mulheres a buscarem refúgio em outros espaços de trabalho, como as casas de famílias mais abastadas.

Esses acontecimentos remontam a um período anterior ao século em questão. O processo de intensificação do capitalismo, acompanhado por uma divisão cada vez mais rígida das classes sociais, gerou uma imensa massa de pessoas desprovidas de acesso a meios de subsistência, sendo obrigados a depender da caridade e de doações de outros para sobreviverem. Esse cenário de crescente desigualdade e exploração foi moldado pela nova estrutura econômica e social que emergiu com a expansão capitalista, caracterizada pela concentração de riqueza nas mãos de poucos e pelo conseqüente aprofundamento da marginalização das classes mais pobres.

A filósofa Silvia Federici, em sua obra *Calibã e a Bruxa* (2017), oferece uma análise crítica dessa dinâmica histórica, com especial atenção ao impacto devastador que ela teve sobre as mulheres, independentemente de sua classe social. Segundo Federici (2017), "as mulheres, em todas as classes, também se viram afetadas de forma extremamente negativa. A crescente comercialização da vida reduziu ainda mais o acesso à propriedade e à renda" (Federici, 2017, p.63). Nesse contexto, as mulheres foram sistematicamente excluídas de qualquer forma de autonomia econômica e privada, sendo privadas não apenas de direitos de propriedade, mas também de um acesso justo e equitativo à renda.

A marginalização feminina ocorria de forma particularmente cruel: ao se casarem, as mulheres tornavam-se totalmente dependentes de seus maridos, tanto no plano econômico quanto no social. Essa dependência significava que não tinham controle direto sobre a propriedade ou os rendimentos provenientes do trabalho familiar, ficando à margem das decisões econômicas.

Além disso, eram frequentemente impedidas de herdar os bens dos maridos, o que as colocava em uma posição de extrema vulnerabilidade após a morte do cônjuge. Federici (2017) destaca que essa dependência legal e econômica foi essencial para a consolidação da ordem patriarcal, que reduziu as mulheres à condição de subordinadas, desconsiderando-as como sujeitos plenos de direitos, especialmente no que diz respeito à posse de bens materiais.

Ela continua sua argumentação ao dizer que à medida que o capitalismo se desenvolvia, ele se entrelaçava com estruturas patriarcais, buscando transformar todos os aspectos da vida cotidiana em mercadoria. Nesse processo, o corpo feminino se tornou um dos principais alvos de controle e exploração, sendo literalmente comercializado como parte do sistema econômico. O controle sobre a reprodução e o confinamento das mulheres à esfera doméstica foram essenciais para a sustentação desse novo regime. O corpo das mulheres, sua capacidade reprodutiva e até mesmo seu trabalho não remunerado foram apropriados para maximizar os lucros e garantir a reprodução das hierarquias de classe e gênero.

Silvia Federici (2017) aponta, ainda, que o controle sobre as mulheres não se limitava ao âmbito familiar, mas também se manifestava em políticas estatais que buscavam regular a vida reprodutiva e sexual das mulheres, muitas vezes utilizando a violência e a coerção para reforçar a ordem social. Essa repressão, segundo a autora, foi uma ferramenta indispensável para a consolidação do capitalismo, pois ao retirar das mulheres a autonomia sobre seus próprios corpos, o sistema assegurava o fluxo contínuo de mão de obra necessária para o crescimento econômico.

A análise revela como o capitalismo, ao intensificar a divisão de classes e explorar de forma implacável os mais pobres, também impôs uma opressão ainda mais severa às mulheres. A combinação de exclusão de direitos, falta de autonomia econômica e subordinação social transformou as mulheres em um dos pilares invisíveis, mas fundamentais, da acumulação capitalista. Dessa forma, o processo de ascensão do capitalismo não apenas marginalizou as camadas mais vulneráveis da sociedade, como também reforçou as hierarquias de gênero, contribuindo para a perpetuação de uma estrutura social profundamente desigual e excludente.

Com o passar do tempo, já no século XIV, essas mulheres começaram a ter diferentes profissões: tornaram-se professoras escolares, algumas médicas e até cirurgiãs, mas isso só era aceito dentro da heresia² porque ia de encontro com a ideia da igreja católica sobre a posição da mulher na sociedade. A qual acreditava que o lugar da mulher

² Heresia: os hereges alertavam sobre a exploração clerical (FEDERICI, 2017) e sobre como Cristo não possuía bens materiais, por isso, qualquer patrimônio pertencente à igreja não era certo. Além de ir contra aos dízimos e negar a existência do Purgatório.

era ser submissa ao marido e cuidar dos filhos. Federici (2017) relembra sobre os sermões serem voltados para censurar essas mulheres:

À medida que as mulheres ganhavam mais autonomia, sua presença na vida social passou a ser mais constante nos sermões dos padres que repreendiam sua indisciplina (Casagrande, 1978; nos arquivos dos tribunais aonde iam denunciar quem abusava delas (s. Cohn, 1981); nas ordenações das cidades que regulavam a prostituição (Henriques, 1966); entre as centenas de não combatentes que seguiam os exércitos (Hacker, 1981) e, sobretudo, nos movimentos populares, especialmente nos heréticos. (Federici, 2017, p.64).

A análise apresentada por Federici (2017) revela, de forma perspicaz, a relação dialética entre a ampliação da autonomia das mulheres e o recrudescimento das tentativas de controle social sobre seus corpos e comportamentos no período moderno. O aumento da presença feminina nas esferas públicas não apenas desafiou as normas patriarcais estabelecidas, mas também expôs uma fissura no tecido social, na medida em que mulheres passaram a exercer papéis que transcendiam os limites tradicionais impostos pelo patriarcado e pela moral religiosa.

A visibilidade crescente das mulheres, evidenciada nos sermões que condenavam sua indisciplina, nas denúncias de abusos nos tribunais, nas tentativas de regulamentar a prostituição e até mesmo na participação como não combatentes nos exércitos, ilustra uma dinâmica complexa de resistência e controle. O fato de que essas mulheres eram frequentemente mencionadas em discursos moralizadores e regulatórios demonstra que sua maior autonomia foi interpretada como uma ameaça ao *status quo*.

Tal reação sugere que, à medida que as mulheres reivindicavam mais espaço na vida pública e desafiavam a exclusão a que eram historicamente relegadas, o poder estabelecido respondia com tentativas intensificadas de repressão. Essa dinâmica pode ser compreendida como uma manifestação de uma "luta de classes" de gênero, na qual as mulheres não apenas resistiam ao controle patriarcal, mas também subvertiam a ordem socioeconômica emergente que dependia de sua subordinação para sustentar a acumulação capitalista.

A crescente participação feminina nos movimentos heréticos, por exemplo, deve ser interpretada não apenas como um movimento religioso, mas como uma contestação às hierarquias sociais e econômicas da época. Ao se inserirem nessas esferas, as mulheres desestabilizavam as fronteiras entre o público e o privado, questionando a legitimação de um sistema que as excluía tanto economicamente quanto politicamente.

A abordagem de Federici (2017), portanto, enfatiza que a repressão intensificada sobre as mulheres — seja através da regulamentação de suas condutas, da vigilância moral ou da criminalização de suas práticas — estava intrinsecamente ligada à necessidade de garantir a reprodução das hierarquias sociais em um contexto de transição para o capitalismo. O controle sobre o corpo feminino e a limitação da autonomia das mulheres não foram meros resquícios de uma tradição patriarcal, mas estratégias ativas para assegurar que o novo modelo de acumulação capitalista pudesse se enraizar e se consolidar.

Como forma de impedir o avanço das mulheres, o Estado permitiu que o estupro às trabalhadoras acontecesse livremente, levando-as a trabalharem como prostitutas e financiando bordéis com dinheiro público. Durante uma análise sobre esse período, Federici (2017) fala sobre como as mulheres criaram marcas inapagáveis em sua memória e em seus corpos.

Para estas mulheres proletárias, tão arrogantemente sacrificadas por senhores e servos, o preço a pagar foi incalculável. Uma vez estupradas, não era fácil recuperar seu lugar na sociedade. Com a reputação destruída, tinham que abandonar a cidade ou se dedicar à prostituição (*ibidem*; Ruggiero, 1985, p.99). Porém, elas não eram as únicas que sofriam. A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período. (Federici, 2017, p.104).

É possível observar a opressão de gênero, violência sexual e as estruturas de poder no início da era moderna. Para as mulheres proletárias, a violência sexual não era apenas um ato de agressão física, mas também um instrumento de controle social que perpetuava sua exclusão e marginalização. Ao serem estupradas, essas mulheres viam suas vidas irrevogavelmente destruídas, despojadas de sua reputação e dignidade, muitas eram forçadas a deixar suas comunidades ou recorrer à prostituição como último recurso de sobrevivência.

A legalização do estupro mencionada aponta para a naturalização da violência sexual em um contexto em que a sociedade patriarcal reforçava as hierarquias sociais, usando o corpo das mulheres como um campo de dominação. Ao normalizar o estupro gerava uma insensibilização da população quanto à violência de gênero, tornando-a socialmente aceitável. Essa naturalização da violência os preparou para eventos ainda mais brutais, como a caça às bruxas, que emergiu logo após esse período.

Este evento foi mais do que um ataque às práticas religiosas ou esotéricas — foi um projeto sistemático de repressão dirigido contra mulheres, em um esforço para disciplinar seus corpos e suas vidas, especialmente no contexto da transição para o capitalismo. Ao deslegitimar as mulheres, especialmente as pobres, o sistema patriarcal e emergente capitalista garantiu que elas permanecessem vulneráveis e submissas. A construção de um ambiente onde a violência contra mulheres era normalizada não apenas reforçava a hierarquia de gênero, mas também servia para instilar medo e obediência, mantendo as mulheres fora da esfera pública e longe da resistência organizada.

Dessa maneira, o capitalismo não foi uma libertação para o povo trabalhador, ao contrário, ele “criou formas de escravidão mais brutais e mais traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração.” (Federici, 2017, p.119). Um dos atos de exploração era a gravidez da mulher, ela deveria ter um filho como um investimento e acúmulo de capital, endossando a divisão sexual do trabalho.

As mulheres que não queriam ter filhos e utilizavam de métodos contraceptivos criados por elas mesmas com o uso de ervas, abortos e alguns meios para ficarem estéreis, eram também consideradas bruxas. Além disso, o trabalho realizado por elas não era considerado trabalho e não tinha valor, “todo o trabalho feminino, quando realizado em casa, seria definido como ‘tarefa doméstica’, e até mesmo quando feito fora de casa era pago a um valor menor do que o trabalho masculino [...]” (Federici, 2017, p.184).

É evidenciado a desvalorização sistemática do trabalho feminino no contexto histórico de consolidação do capitalismo e do patriarcado. Sob uma perspectiva feminista, essa análise revela como o sistema capitalista, em sua expansão, buscou redefinir o trabalho das mulheres, particularmente relegando-o ao espaço doméstico e, assim, invisibilizando e desvalorizando sua contribuição para a economia.

O fato de que o trabalho realizado por mulheres era desclassificado como tarefa doméstica mesmo quando produzido fora do ambiente doméstico, e remunerado a um valor inferior ao trabalho masculino, reflete não apenas uma desigualdade econômica, mas também uma hierarquização social que criava raízes em normas patriarcais.

Federici (2017) aponta para a construção de um duplo padrão de valoração do trabalho que serviu para perpetuar a subordinação feminina, ao situar o trabalho das mulheres no domínio privado, ele foi naturalizado como parte de suas obrigações sociais,

e não reconhecido como trabalho produtivo digno de compensação financeira justa. Essa desvalorização foi, em grande parte, um artifício deliberado para manter as mulheres economicamente dependentes dos homens, o que garantiu ao capitalismo um vasto exército de trabalhadoras não remuneradas ou sub-remuneradas.

A desqualificação do trabalho feminino não foi um simples reflexo de uma sociedade machista, mas uma estratégia ativa para sustentar a acumulação capitalista. Ao desvalorizar o trabalho das mulheres, tanto em termos de reconhecimento social quanto de remuneração, o sistema capitalista assegurou que a reprodução social, essencial para a manutenção da força de trabalho, fosse realizada quase inteiramente de graça. Esse processo não apenas economicamente explorou as mulheres, mas perpetuou sua opressão, ao cristalizar a divisão sexual do trabalho como uma estrutura aparentemente natural.

No livro *Feminismos para os 99%: Um manifesto* (2019) as autoras apresentam como o capitalismo influencia na divisão de classes e se apoia no trabalho não remunerado, em sua maioria, no trabalho feminino não remunerado, especialmente nas teses 4 e 5. É apresentado a crise criada pelo capitalismo, a qual engloba não somente a economia, mas a ecologia e política, a tese 4 explica que

O capitalismo produz tais crises periodicamente – e por motivos que não são acidentais. O sistema não apenas vive da exploração do trabalho assalariado; ele também vive à custa da natureza, dos bens públicos e do trabalho não remunerado que reproduz os seres humanos e as comunidades. (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.33).

Elas oferecem uma análise crítica da dinâmica sistêmica do capitalismo, revelando como as crises que periodicamente assolam esse sistema não são acidentais, mas, ao contrário, são inerentes à sua própria lógica de funcionamento. O capitalismo se estrutura não apenas em torno da exploração do trabalho assalariado, mas também de outras formas de apropriação que sustentam o sistema, incluindo a exploração da natureza, dos bens públicos e, crucialmente, do trabalho não remunerado realizado majoritariamente por mulheres.

O livro destaca que o capitalismo não se limita a extrair mais-valia a partir do trabalho formalmente contratado, mas depende também de uma série de atividades e recursos que são sistematicamente desvalorizados ou invisibilizados. A referência ao "trabalho não remunerado que reproduz os seres humanos e as comunidades" (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.33) aponta diretamente para o trabalho reprodutivo e de cuidado realizado em grande parte por mulheres, sem o qual o sistema não poderia

sobreviver. Arruza é uma filosofia italiana, Bhattacharya é uma história indiana e Fraser é uma filósofa americana, as três lançam um manifesto sobre a necessidade de um feminismo anticapitalista, antirracista, antiLGBTfóbico e indissociável da perspectiva ecológica do bem viver.

Evidenciando como o capitalismo está intrinsecamente vinculado à exploração da natureza e dos bens comuns, evidenciando uma relação predatória com o meio ambiente que gera crises ecológicas cada vez mais intensas. O paralelo entre a exploração do trabalho não remunerado e o uso indiscriminado dos recursos naturais destaca uma lógica comum de extração sem reposição, que vê tanto os corpos das mulheres quanto a Terra como fontes inesgotáveis de recursos gratuitos. Sendo assim, a reprodução dos seres humanos faz com que aumente o número de trabalhadores e produza mais capital para o meio. O capitalismo sobrevive desse consumo gratuito, pois quanto mais ele recebe sem ter gastos, maior e mais potente ele se torna.

No século XIX, o conceito de *família moderna* ganha poder, limitando as mulheres apenas aos trabalhos domésticos. Silvia Federici (2017) explícita sobre como Marx trata desse assunto como “uma mudança da mais-valia ‘absoluta’ para a ‘relativa’”, (Federici, 2017, p.196), ou seja, deixando de lado uma exploração baseada em longas cargas horárias de trabalho e redução de salário para salários um pouco mais alto e com grande aumento da produtividade.

Isso é possível porque o salário destinado às mulheres é excluído e destinado aos homens. Assim, iniciou a *domesticação* da mulher, com um novo modelo de feminilidade, sendo ela calma, obediente e casta. Com esse perfil de mulher, é possível visualizar uma trabalhadora dessa nos lares mais favorecidos, isso porque ela seria discreta e eficiente. Além disso, as mulheres começaram a receber educação formal, mas aprendiam de forma limitada, conforme representado em *Emma* (2013):

Mrs. Goddard was the mistress of a School – not of a seminary, or an establishment, or any thing which professed, in long sentences of refined nonsense, to combine liberal acquirements with elegant morality, upon new principles and new systems – and where young ladies for anormous pay might be screwed out of health and into vanity – but a real, honest, old-fashioned Boarding-school, where a reasonable quantity of accomplishments were sold at a reasonable price, and where girls might be sent to be out of the way, and

scramble themselves into a little education, without any danger of coming back prodigies.³ (Austen, 2013, p.250).

A passagem oferece uma crítica sutil, mas incisiva, ao sistema educacional feminino do início do século XIX, destacando as tensões entre a educação voltada para o refinamento social e o real propósito do desenvolvimento intelectual. Sob uma perspectiva teórica que aborda as relações de gênero, Austen expõe, por meio da descrição da escola de Mrs. Goddard, um sistema educacional que enfatizava a aquisição superficial de *accomplishments* (habilidades socialmente desejáveis) voltadas para a construção de uma imagem de respeitabilidade e elegância.

Esse sistema educacional era, na prática, uma extensão das normas patriarcais que priorizavam a preparação das mulheres para desempenharem papéis limitados na sociedade. Ao contrastar a escola de Mrs. Goddard com os seminários que prometiam educar jovens senhoras nas novas e elegantes moralidades, Austen critica a hipocrisia de um sistema que cobrava valores altos para moldar as mulheres em função de uma imagem idealizada e elitista.

Nesses seminários, em vez de proporcionar uma educação substancial, as jovens eram treinadas para adquirir traços superficiais que as tornariam mais atraentes no mercado matrimonial, ao custo de sua saúde física e emocional. A educação oferecida por Mrs. Goddard sugere um contraste irônico com os estabelecimentos mais refinados que Austen critica. No entanto, a escola é mais um lugar para manter as meninas fora do caminho, ao invés de prepará-las para a independência intelectual ou autonomia pessoal.

Isso demonstra como, ao longo da história, foram usadas como ferramentas de controle social para manter as mulheres em uma posição subordinada. Austen (2013), ao apresentar essas instituições com um tom de ironia, expõe como a educação das mulheres era manipulada para reforçar as expectativas patriarcais, limitando suas oportunidades e garantindo que elas permanecessem confinadas ao espaço doméstico. Assim, a citação não apenas critica a superficialidade do sistema educacional de sua época, mas também

³ Tradução: Mrs. Goddard era professora de uma escola - não de um seminário, ou de um estabelecimento, ou qualquer lugar que fosse denominado por longas e refinadas frases sem sentido, para combinar conhecimentos liberais com elegante moralismo, em novos princípios e novos métodos - e onde jovens ricas podiam ser despojadas de sua saúde em tributo à vaidade - mas um verdadeiro, honesto e antiquado internato, onde uma quantidade razoável de conhecimentos era vendida a preço razoável, e onde as meninas podiam ser mandadas para ficar fora do caminho dos pais, e se depararem com uma educação moderada, sem nenhum perigo de se tornarem prodígios. (AUSTEN, 2013, p.13)

lança luz sobre as maneiras pelas quais a sociedade restringia o desenvolvimento das mulheres, condicionando-as a um papel subserviente, de acordo com os interesses patriarcais.

O trabalho doméstico, historicamente considerado como uma obrigação natural das mulheres, foi instrumentalizado para justificar sua exploração tanto no âmbito privado quanto no contexto de empregos formais, como o de governantas. Ao ser naturalizado como uma extensão das supostas responsabilidades femininas, o trabalho doméstico foi invisibilizado e desvalorizado, sendo tratado como um dever em vez de ser reconhecido como trabalho produtivo.

Como argumenta Federici (2019, p. 43), “o trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado”. Essa naturalização teve consequências profundas, não apenas para as mulheres que realizavam essas atividades dentro de seus lares, mas também para aquelas empregadas como trabalhadoras domésticas. As governantas, mesmo inseridas em uma estrutura de trabalho formal, permaneciam vulneráveis à exploração e abuso por parte de seus empregadores.

Elas desempenhavam um papel central na manutenção das famílias burguesas e, conseqüentemente, na reprodução das condições que sustentavam a classe dominante. Contudo, a posição subalterna das governantas, muitas vezes oriundas das camadas populares, refletia uma intersecção entre classe e gênero, onde mulheres pobres eram duplamente oprimidas — tanto pelo sistema de gênero que as confinava ao trabalho doméstico quanto pelas relações de classe que as posicionavam como servas da elite.

Federici (2019) explicita que a ascensão do capitalismo no século XIX não apenas transformou as relações econômicas, mas também reconfigurou as relações sociais e familiares. O trabalho doméstico e o capitalismo possuem uma forte relação, sendo fundamental para a acumulação de capital no século XIX. “[...] a imensa quantidade de trabalho doméstico remunerado e não remunerado, realizado por mulheres dentro de casa, é o que mantém o mundo em movimento.” (Federici, 2019, p.17). Pois, as mulheres lavam as roupas, preparam o alimento e mantêm as crianças saudáveis para estudar e os homens saudáveis e fortes o suficiente para trabalhar e fazer o capital girar e tudo isso sem gerar gastos, apenas lucros para o meio.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, as mulheres que trabalhavam como governantas, eram mulheres que geravam grande lucro para o capitalismo e, ao contrário dos trabalhadores assalariados, elas não tinham controle sobre os meios de produção nem sobre os frutos de seu trabalho, colocando-as em uma posição de subordinação e exploração. Elas não pertenciam a família para quem trabalhavam, mas também não estavam juntas com os criados, por isso, se viam nesse entrelugar, sem ambiente fixo e deslocada.

Como as governantas viviam concentradas na família, na criação e educação das crianças e em administrar o lar, elas não tinham muitas opções para decidir sobre seu futuro, quando uma governanta tinha a possibilidade de optar por uma vida diferente nem sempre era bem aceito pelos patrões. Isso é visto durante a leitura de *Emma* (2013) após Miss Taylor se casar, o pai da protagonista sente falta da governanta por ela não estar presente em sentido físico e por não poder realizar o que realizava na casa, ele evidencia isso em sua conversa com a filha Isabella:

[...] “poor Miss Taylor – It is a grievous business.”

“Oh yes, sir,” cried she with ready sympathy, “how you must miss her! And dear Emma, too! What a dreadful loss to you both! I have been so grieved for you. I could not imagine how you could possibly do without her. – It is a sad change indeed. But I hope she is pretty well, sir.”

“Pretty well, my dear – I hope – pretty well. – I do not know but that the place agrees with her tolerably.”⁴ (Austen, 2013, p.274).

No trecho selecionado, o diálogo entre os personagens revela a visão possessiva em relação à governanta, Miss Taylor, cuja saída da casa dos Woodhouse é tratada quase como um luto pela família. Ao utilizar o termo *grieved*, que remete à ideia de perda e sofrimento, o narrador sugere que o afastamento de Miss Taylor é sentido de maneira desproporcional, como se sua partida representasse uma privação emocional comparável à de um luto familiar. No entanto, essa visão é centrada exclusivamente nas necessidades

⁴ Tradução: [...] pobre Miss Taylor... É um caso muito triste.

- Ah sim! – ela exclamou, com pronta simpatia. – O senhor deve sentir muito a falta dela! E a querida Emma também! Que grande perda para os dois... Senti tanto por vocês! Não imagino como estão vivendo sem ela, foi uma mudança muito triste, de fato... Mas espero que ela esteja bem, senhor.

- Muito bem, minha querida... Espero que sim... Muito bem. Mas não sei se aquele lugar é tolerável para ela. (AUSTEN, 2013, p.50)

e sentimentos da família, especialmente do Mr. Woodhouse, que considera que não poderia haver lugar melhor para Miss Taylor do que sua casa em Hartfield.

O uso dessa linguagem sugere que a independência de Miss Taylor — agora casada e vivendo uma nova etapa de sua vida — é percebida como uma espécie de traição à ordem estabelecida, onde seu papel era dedicado exclusivamente ao bem-estar da família. Mr. Woodhouse expressa conformidade com a nova vida dela às expectativas que ele próprio tinha com relação à sua felicidade ou realização pessoal.

Para a família Woodhouse, a saída de Miss Taylor não é simplesmente a perda de uma funcionária, mas a perda de uma parte da estrutura que assegurava o conforto e a estabilidade emocional da família. Com a ironia característica das obras de Jane Austen, em *Emma* (2013) subverte a expectativa de que a felicidade de Miss Taylor fora de Hartfield deveria ser celebrada, mostrando, em vez disso, como a independência feminina era percebida como uma ameaça à ordem estabelecida.

As governantas exerciam certa autoridade sobre as crianças que cuidavam, destacando as complexidades das relações de poder dentro das famílias abastadas. Pois criar os filhos dos patrões havia se tornado algo natural, uma vez que a mulher já possui um “instinto materno” e saberia lidar com as situações impostas. As governantas viviam frequentemente dentro da casa da família empregadora, tornando-se parte integrante do ambiente doméstico. Sua autoridade muitas vezes se estendia além das crianças, envolvendo-se em questões de gestão da casa. Ela ficaria no lar dos patrões até encontrar um marido que fosse um *bom negócio* para ela. Essa era a única chance de uma mulher conseguir ser dona de algo e/ou ter uma vida digna.

“O casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher, e a incapacidade das mulheres de sobreviverem sozinhas era algo dado como tão certo [...]” (Federici, 2017, p.184). Assim, a governanta que não casava tinha como única chance permanecer no lar e continuar sendo útil, levando ao questionamento não apenas as condições de trabalho das mulheres da época, mas também as estruturas mais amplas de poder e dominação que moldavam suas vidas. O fato dela não se casar fazia ela ser vista como fracassada, assim como a personagem Jane Fairfax em *Emma* (2013).

Durante uma conversa entre Emma e Harriet, sua pupila, elas comentam sobre uma personagem que possui um grande talento como pianista, no entanto, Harriet quer enaltecer Emma ao dizer que Jane Fairfax não possui um bom gosto como a protagonista.

Contudo, a conversa demonstra que o talento de Jane não é um benefício ou algo a ser admirado, mas sim uma obrigação, Harriet diz: “[...] Além disso, se ela toca tão bem, a senhorita sabe, é porque tem obrigação, afinal vai ter que dar aulas. Os Coxes estavam conversando a noite passada se ela poderia ser introduzida em alguma família de renome.” (Austen, 2013, p.117).

Como observado, para se tornarem governantas, as mulheres necessitavam de uma série de atributos considerados úteis para os lares em que iriam servir, sendo gradualmente integradas às famílias de prestígio. No decorrer do romance, percebe-se o desconforto de vários personagens diante da escolha de Jane Fairfax de não se casar, interpretando sua decisão como um sinal de fracasso pessoal.

As governantas no século XIX ocupavam uma posição distinta dentro da hierarquia doméstica devido à multiplicidade de habilidades e funções que desenvolviam. Por possuírem competências variadas, incluindo a gestão da casa e o cuidado das crianças, elas desfrutavam de um status mais elevado em comparação com outros trabalhadores domésticos. Essa posição, embora relativamente respeitável, ainda estava circunscrita às limitações impostas por um sistema que explorava o trabalho das mulheres de forma sistemática e muitas vezes invisibilizada. A governanta, mesmo que valorizada, era frequentemente sujeita a um processo de intensificação de suas tarefas, pois sua competência era vista como um recurso a ser maximizado pelos empregadores.

Nesse contexto, é pertinente a crítica de Karl Marx, citado por Silvia Federici (2019), ao afirmar que "ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar." (Marx *apud* Federici, 2019, p.71). Essa afirmação revela que, quanto mais produtivo um trabalhador se mostra, maior é a expectativa de que ele assuma novas funções, transformando-o em uma espécie de “máquina produtiva” para seus empregadores. Aplicada à situação das governantas, essa lógica implicava em uma exploração crescente, uma vez que as suas múltiplas habilidades eram continuamente apropriadas e ampliadas, sem que isso se refletisse em uma melhoria proporcional de suas condições de trabalho ou status social.

Do ponto de vista feminista, a análise da posição das governantas está intimamente ligada à compreensão da reprodução social e da divisão sexual do trabalho. As mulheres, não apenas enquanto governantas, mas também em seus papéis dentro do lar, eram vistas como "máquinas de reprodução barata" — responsáveis tanto pela produção de trabalhadores quanto pela manutenção das condições materiais da vida

cotidiana. Arruzza e Cinzia (2019) argumentam: “na sociedade capitalista, a organização da reprodução social se baseia no gênero: ela depende dos papéis de gênero e entrincheira-se na opressão de gênero.” (Arruzza, Cinzia, 2019, p.38)

Ou seja, o trabalho reprodutivo e de cuidado, considerado natural às mulheres, foi sistematicamente explorado para garantir a reprodução da força de trabalho sem os custos adicionais que seriam associados ao trabalho remunerado. Permitindo que esse trabalho fosse desvalorizado tanto economicamente quanto socialmente. Sendo assim, ao reconhecer as experiências das governantas como parte integrante da história do capitalismo e da opressão das mulheres, pode-se ampliar a compreensão das lutas e resistências que caracterizaram essa época e que continuam a ressoar nos dias de hoje, levando a pensar sobre as babás da atualidade.

1.2 Babás do século XXI: ecos de um papel ainda invisível

O capitalismo está intrinsecamente vinculado à exploração da natureza e dos bens comuns, evidenciando uma relação predatória com o meio ambiente que gera crises ecológicas cada vez mais intensas. O paralelo entre a exploração do trabalho não remunerado e o uso indiscriminado dos recursos naturais destaca uma lógica comum de extração sem reposição, que vê tanto os corpos das mulheres quanto a Terra como fontes inesgotáveis de recursos gratuitos. Sendo assim, a reprodução dos seres humanos faz com que aumente o número de trabalhadores e produza mais capital para o meio. O capitalismo sobrevive desse consumo gratuito, pois quanto mais ele recebe sem ter gastos, maior e mais potente ele se torna.

No século XIX, o conceito de *família moderna* ganha poder, limitando as mulheres apenas aos trabalhos domésticos. Silvia Federici (2017) explícita sobre como Marx trata desse assunto como “uma mudança da mais-valia ‘absoluta’ para a ‘relativa’”, (Federici, 2017, p.196), ou seja, deixando de lado uma exploração baseada em longas cargas horárias de trabalho e redução de salário para salários um pouco mais alto e com grande aumento da produtividade.

Isso é possível porque o salário destinado às mulheres é excluído e destinado aos homens. Assim, iniciou a *domesticação* da mulher, com um novo modelo de feminilidade, sendo ela calma, obediente e casta. Com esse perfil de mulher, é possível visualizar uma trabalhadora dessa nos lares mais favorecidos, isso porque ela seria discreta e eficiente.

Contudo, as condições de trabalho das babás nem sempre refletem a importância de sua função. Por vezes, enfrentam longas horas de trabalho, salários baixos e falta de reconhecimento por seu trabalho árduo. Além disso, como, frequentemente, são mulheres de origens socioeconômicas marginalizadas que desempenham essa função, as babás enfrentam discriminação e exploração. O trabalho como babá começa quando os portugueses chegam de Portugal para o Brasil e, tendo enfrentado dificuldade para escravizar os povos indígenas locais, trouxeram pessoas negras para criar as crianças e fazer os serviços domésticos.

A professora Juliana Teixeira (2021) apresenta a partir dos seus estudos como os negros eram vistos como mercadoria para os colonizadores e as mulheres que davam sorte, chegavam ao seu novo lar de destino e serviam por anos na mesma família assumindo o papel de mãe. Eles “eram mercadorias e não tinham direito à atenção, às necessidades básicas de segurança, higiene, e nem as suas integridades físicas e moral. Eram transportados aos montes em porões de navios, nos quais muitos morriam.” (Teixeira, 2021, p.24).

Por não serem vistos como seres humanos pensantes, eles só serviam para prestar serviço aos patrões e deveriam suportar os diferentes desafios, como condições precárias, falta de alimentação apropriada e agressões físicas e emocionais. As mulheres cuidavam dos filhos dos senhores, os sinhazinhos. Elas criavam vínculos com os bebês por estarem sempre zelando por eles e muitas vezes amamentando-os, tornando-se conhecidas como “mãe preta”.

Por morarem na mesma casa dos senhores, eles acreditavam que as escravas precisavam ser *domesticadas*:

Diante dessa noção, tentativas pedagógicas de domesticar e civilizar as *criadas* surgiram no período republicano e pós-escravocrata brasileiro sob o discurso de preparação das mulheres (as senhoras) para suas responsabilidades com a casa, com os filhos e com administração do trabalho das *criadas*. Foram publicados, inclusive, os manuais que visavam ensinar o modo adequado de se lidar com elas. (Teixeira, 2021, p. 34).

As mulheres, em sua maioria brancas, eram formadas para administrar as criadas e *domesticá-las* com o intuito de fazê-las serem úteis e não dar trabalho. Os manuais citados por Teixeira (2021) eram extraídos de revistas e alguns manuais para como lidar com empregadas domésticas. Alguns desses manuais eram retirados de algumas crônicas publicadas no *Jornal do Brasil* (1967-1973), nas coletâneas *Correio feminino* (2006) e *A*

descoberta do mundo (1984), todos esses com publicações de Clarice Lispector e Tania Kaufmann.

Dentro desses manuais, elas explicitaram como a existência das empregadas domésticas possibilitou às mulheres de classe média a trabalharem de forma remunerada fora de casa, mantendo a divisão sexual do trabalho sem alteração. Outras mulheres realizavam o serviço destinado à mãe da casa, recebendo um valor abaixo do devido, muitas vezes sendo menosprezadas. Quem aceitava esses serviços e passava por esse tratamento, geralmente, eram mulheres pobres e com pouca escolaridade, em muitos casos pretas, porque não tinham oportunidade de irem para outros empregos formais.

Para comprovar essas afirmações, dois livros se mostram extremamente necessários nesses cenários: Um apresenta relatos da escritora, rapper, historiadora, turbanista, modelo e influenciadora digital, Preta-Rara, nascida em Santos – SP, ela transformou a página “Eu, Empregada Doméstica” do Facebook (2016) em livro. Preta-Rara fez um compilado de vários relatos de empregadas domésticas e apresentou ao mundo “o quanto o Brasil ainda bebe em fontes coloniais se banhando na servidão desde a escravidão.” (Preta-Rara, 2019, p.s/p).

A obra de Preta-Rara pode ser denominada como uma *escrevivência*, termo criado por Conceição Evaristo, o qual é definido como o ato de escrever sobre si. No livro *Escrevivência: a escrita de nós* (2020) apresenta melhor a definição desse termo e diz sobre a relevância de ler e ouvir sobre.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. (Evaristo, 2020, p.30).

Conceição Evaristo traz à tona uma reflexão poderosa sobre a recuperação e afirmação da voz das mulheres negras, historicamente silenciadas e subjugadas. A *escrevivência* pode ser entendida como um conceito que vai além da simples escrita, representando uma forma de resistência e subversão das estruturas de poder que historicamente negaram à mulher negra o direito à palavra e à autoria.

Evaristo (2020) destaca que, enquanto no passado as mulheres negras eram privadas não apenas da liberdade física, mas também da liberdade de expressão, hoje, ao

tomar para si a escrita, elas ressignificam esse espaço de silêncio imposto e transformam a palavra escrita em um ato de poder, de afirmação de identidade e de resistência. Essa afirmação resgata o poder subversivo da palavra como ferramenta de luta.

Durante o período escravocrata, o corpo e a voz das mulheres negras eram objetos de controle absoluto, e suas narrativas eram constantemente apagadas ou distorcidas, seja pela força física, seja pela imposição de um discurso colonial que negava sua subjetividade. Ao afirmar que "a letra, a escrita, nos pertencem também", Evaristo (2020) aponta para uma apropriação do poder simbólico que a escrita carrega, especialmente no contexto contemporâneo, onde as mulheres negras se valem da escrita para dar visibilidade às suas experiências e subjetividades.

Ao escreverem suas histórias e suas vivências, as mulheres negras não apenas resgatam suas narrativas, mas também criam novos espaços de visibilidade, autonomia e poder. Esse processo de recuperação da voz é, assim, fundamental para a construção de uma história mais plural e justa, em que as mulheres negras se tornam autoras de sua própria história, questionando e subvertendo as estruturas que tentam impô-las como objetos na narrativa dominante.

O segundo livro a ser utilizado, intitulado *Trabalho Doméstico* (2021), da doutora em Administração, professora e pesquisadora Juliana Teixeira, publicado pela coleção *Feminismos Plurais* e coordenado por Djamila Ribeiro, oferece uma análise profunda e crítica das dinâmicas de classe, gênero e raça que permeiam o trabalho doméstico no Brasil. A obra examina como o trabalho das mulheres, especialmente das mulheres negras, tem sido historicamente invisibilizadas e desvalorizadas, e como essas trabalhadoras são constantemente relegadas a uma posição de subordinação, tanto no espaço doméstico quanto no mercado de trabalho.

Teixeira articula, de forma contundente, as desigualdades que estruturam o trabalho doméstico e propõe uma reflexão sobre as formas de resistência e as possibilidades de transformação dessa realidade. Ao longo do livro, a autora explora a trajetória do trabalho doméstico no Brasil, desde suas raízes na escravidão até a sua configuração contemporânea, destacando a continuidade das estruturas de exploração e subordinação que envolvem as trabalhadoras domésticas.

Juliana Teixeira também faz um mergulho nas narrativas dessas mulheres, reconhecendo-as como sujeitos ativos na construção de suas próprias histórias e na luta

por direitos, autonomia e reconhecimento. A obra se insere na coleção *Feminismos Plurais*, que busca dar visibilidade a diversas vozes femininas e produzir uma reflexão que aborde a intersecção de opressões que afetam mulheres negras, pobres e periféricas.

A coordenação de Djamila Ribeiro, renomada pensadora feminista e antirracista, fortalece ainda mais a relevância do livro, que se coloca como uma leitura essencial. *Trabalho Doméstico* é, portanto, uma obra essencial para a ampliação do debate sobre as desigualdades estruturais que ainda marcam o país e um convite a repensar as relações de trabalho e as condições de vida das mulheres que, muitas vezes, têm seu trabalho invisibilizado e desvalorizado.

A partir da leitura de ambos livros apresentados, é possível analisar a primeira e principal diferença entre a babá da atualidade e as dos séculos anteriores, o amparo constitucional. Ele se dá por meio dos 47 artigos presentes na Lei Complementar 150/2015 (Brasil, 2015). No entanto, muitas trabalhadoras não conseguem ter seus direitos atendidos, seja por não os conhecer ou por “optarem” por *deixá-los de lado* em respeito ao vínculo afetivo que criam com a família empregadora, assim como Nôemia Caetano Fernandes afirma, “Todas as minhas patroas foram boas pra mim, não teve muita ruindade não.” (Preta-Rara, 2019, p.s/p).

Muitas empregadas domésticas veem alguns comportamentos ruins dos empregadores como algo comum, ao dizer *não teve muita ruindade não*, ela deixa subentendido que haviam atitudes ou talvez falas que a ofendiam, mas preferia ver por uma ótica otimista, acreditando que receber *ruindade* é comum e faz parte do trabalho. Além disso, elas podem acreditar que precisam passar por essas dificuldades para que suas/seus filhas/os tenham *um futuro*.

Como foi o caso de Maria, mãe da doutora em Administração, Juliana Teixeira. Apesar de toda a dificuldade dela como empregada doméstica, seu sonho era fazer com que sua filha pudesse “[...] abrir um caminho que [...] trouxesse a felicidade que ela queria [...]” (Teixeira, 2021, p.18). Maria suportou várias ofensas, diferentes tipos de agressão e devido à sua rotina “[...] e de muito choro pós-trabalho, faleceu aos 48 anos de idade.” (Teixeira, 2021, p.18). A mãe de Juliana partiu precocemente com a idealização de fazer sua filha ter uma vida diferente, porque acreditava que seu caminho já estava determinado.

Muitas empregadas domésticas estão sem saída por não terem oportunidades de escolher outra profissão e por sempre a fazerem acreditar que trabalhar no lar de outras pessoas é a única forma delas conseguirem sobreviver. Isso está muito ligado ao que os negros sempre passaram. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁵ mostra que 92% das pessoas que trabalham com serviço doméstico são mulheres, em sua maioria negras e de baixa renda.

Não é de surpreender que os povos negros já vêm com a marca de que sua única opção é a de servir. Isso se dá desde quando as mulheres negras serviam como amas de leite. Teixeira (2021) explica:

Era comum que as portuguesas tivessem filhos muito cedo, ainda muito jovens, necessitando de ajuda. As esposas dos senhores de engenho⁶ em geral se casavam aos 13, 14 anos de idade, [...]. Além disso, com o clima tropical e com as altas temperaturas do país, elas se enfraquecem com frequência e tinham dificuldades para amamentar. As negras, socialmente conhecidas como mulheres bem-sucedidas no quesito amamentação, tornavam-se as amas de leite. [...] ficariam mais próximas das famílias dos senhores e, comumente, criariam os filhos que viriam a ter em suas casas. (Freyre *apud* Teixeira, 2021, p.26).

Como os colonizadores traziam os negros para servirem à eles, eles eram considerados mercadoria e desde muito cedo as mulheres começavam a trabalhar, prestando serviços físicos e sexuais. Essas condições são mantidas até o presente momento, relatos de empregadas domésticas demonstram como elas continuam sendo objetificadas, inclusive sendo enviadas como presentes, conforme o seguinte relato descrito em *Eu, empregada doméstica* (2019):

Uma conhecida casou e, como presente de casamento, seus pais mandaram pra casa dela a empregada da casa deles, que era “muito boa de trabalho e ia ajudar neste começo de casamento”. A moça ficou extremamente feliz e disse que foi um dos melhores presentes de casamento. (Preta-Rara, 2019, p.43).

Esse relato é uma ilustração potente de como o racismo estrutural e o patriarcado se entrelaçam para naturalizar a exploração de mulheres negras em sociedades marcadas por profundas desigualdades. O fato de uma pessoa ser "presenteada" como se fosse um

⁵ Dados disponíveis no site do IPEA. BRASIL, 2019, s/p. (Disponível em: <<https://abrir.link/SYbcz>>. Acesso em: 15 de nov. de 2024).

⁶ Senhores de engenho: proprietários de terras que cultivavam cana-de-açúcar e tinham poder sobre todos os habitantes do engenho.

objeto ou um serviço é uma perpetuação das dinâmicas escravocratas que ainda moldam as relações de trabalho e os valores sociais.

É fundamental questionar como a divisão sexual e racial do trabalho se manifesta aqui: a mulher negra, historicamente relegada ao papel de servidão, é vista como uma extensão da casa, algo que facilita a vida conjugal da mulher branca. Ao mesmo tempo, a celebração desse "presente" revela o apagamento da subjetividade e da dignidade da empregada, que deveria ser tratada como uma profissional com direitos, e não como um recurso disponível para atender às necessidades da nova família.

Esse episódio escancara a urgência de repensar as relações de trabalho doméstico e os padrões de privilégio que sustentam essa exploração. É necessário romper com essa lógica desumanizante e reconhecer as empregadas como trabalhadoras com direitos, autonomia e dignidade, abrindo espaço para uma sociedade mais justa e igualitária.

Tendo em vista o contexto histórico da empregada doméstica, é de grande relevância entender a origem do termo "babá," vinculado à palavra do quimbundo *baba*, com o significado de "dar batidas leves para adormecer a criança" ou "mulher que cria o bebê de outra," (Domingues, 2021, s/p.) carrega em si uma história de funções específicas atribuídas a mulheres no cuidado infantil. Essa etimologia reforça a ideia de que o papel da babá está profundamente enraizado em práticas culturais de cuidado, mas também em estruturas de desigualdade e trabalho que configuram o papel dessas mulheres na sociedade.

Historicamente, no Brasil, o trabalho de babá foi desempenhado por mulheres negras, muitas vezes ex-escravizadas, que transitaram de atividades generalistas de gerência doméstica para a especialização no cuidado infantil. Esse deslocamento não eliminou a exploração; pelo contrário, consolidou a separação entre a esfera privada das elites e as mulheres empregadas que assumiam o papel de cuidadoras primárias dos filhos de outras famílias.

A aplicação do termo "babá" faz sentido dentro desse contexto, uma vez que, de fato, essas mulheres passam mais tempo com as crianças do que seus próprios pais, desempenhando uma função que vai além de apenas cuidar: elas educam, socializam e, muitas vezes, se tornam figuras afetivamente centrais para as crianças que criam. No entanto, essa centralidade no cuidado não é acompanhada de um reconhecimento proporcional, seja econômico, social ou emocional.

A relação das babás com as crianças é mediada por profundas desigualdades de classe, raça e gênero. Enquanto as mães das classes privilegiadas delegam o cuidado de seus filhos para conciliar outras responsabilidades, as babás, em muitos casos, precisam sacrificar o tempo com seus próprios filhos para cumprir essa função. Assim, a escolha do termo "babá" não é apenas uma descrição funcional, mas também um reflexo de uma história de hierarquias e relações de poder.

Conforme mencionado anteriormente, a presença das babás nos lares era frequentemente motivo de receio por parte dos patrões, especialmente devido à grande influência que essas mulheres exerciam sobre as crianças. As babás desempenhavam um papel crucial na formação das crianças, ensinando-lhes desde habilidades básicas, como falar e se alimentar, até influenciando seu desenvolvimento emocional e social.

Essa proximidade e poder sobre as crianças geravam uma preocupação nas famílias, que viam nas babás não apenas cuidadoras, mas também figuras capazes de moldar a mentalidade e os valores das futuras gerações. Dessa forma, surge a necessidade de um controle sobre essas mulheres, de forma a garantir que a dinâmica familiar permanecesse sob domínio dos patrões. O controle se manifestava, assim, através da criação de uma dependência estrutural, uma relação de poder onde as babás eram mantidas em posições subalternas e sua autonomia constantemente negada.

Dentro desse cenário, a criação de manuais voltados para a domesticação das empregadas domésticas no Brasil ganha relevância, pois esses documentos buscavam padronizar e controlar as práticas de trabalho, educando as empregadas sobre seu papel na hierarquia doméstica. As páginas femininas de Clarice Lispector e Tania Kaufmann chamaram atenção para a complexidade das relações sociais entre patrões e serventes, tornando-se elementos essenciais para esse momento histórico.

Ambas mantinham uma coluna em uma página feminina de jornal, onde discutiam o cotidiano e as tensões presentes nesses espaços. Clarice, em particular, sob alguns pseudônimos, como o de Tereza Quadros, Helen Palmer e de Ilka Soares, escreveu uma série de crônicas semanais e contribuições para colunas femininas. Suas crônicas abordavam não só o aspecto prático do trabalho doméstico, mas também as implicações sociais e emocionais dessa relação, colocando em pauta as contradições de um sistema que, ao mesmo tempo, dependia dessas mulheres para a manutenção da ordem social e as relegava a uma posição de invisibilidade e subordinação.

Esses textos e reflexões são fundamentais para entender como as relações de poder e classe se reproduzem no espaço doméstico, especialmente quando se observa como, ao longo da história, o trabalho das babás e das empregadas domésticas tem sido minimizado e explorado. Mesmo enquanto figuras essenciais no cuidado e educação das crianças, essas mulheres continuaram a ser vistas como parte de uma estrutura de apoio invisível, cuja importância raramente era reconhecida de forma justa e equitativa.

Kaufmann, junto com sua irmã, publicaram um guia para mulheres independentes, intitulado “A aventura de ser dona-de-casa (dona-de-casa vs. empregada): um assunto sério visto com bom humor”, com “alguns truques, alguns ‘jeitinhos astutos’ para ‘amaciar’, ‘domesticar’, enfim, ‘domar como um bicho bravo’, a sua empregada.” (Kaufmann *apud* Roncador, 2008, p.136).

A incerteza e o medo das empregadas domésticas tomarem o lugar da mãe era algo amedrontador, pois fazia com que as mulheres quisessem dominar sobre as outras. Kaufmann (1975) deu dicas sobre como falar com as empregadas e os termos a serem utilizados a fim de convencê-las a fazer o que elas querem: “‘use a estimulante fórmula *Nós*. Por exemplo: ‘hoje *nós* vamos comprar peixe’, ‘há muito tempo que não *fazemos* cozido’, ‘*precisamos* fazer faxina aqui na cozinha’ [...]” (Kaufmann *apud* Roncador, 2008, p.136). O uso do plural faria com que as mulheres pensassem que eram parte da vida familiar, mesmo as atitudes das patroas demonstrando o contrário.

O fato de pensar ser possível tratar as babás como *bichos* leva em conta como elas viam essas pessoas, não como seres humanos, mas sim, seres incapazes de terem sentimentos e amor-próprio. Em determinado momento da obra literária *Suíte Tóquio* (2020), a protagonista Fernanda age como se tivesse lido as instruções de Lispector e Kaufmann e ao conversar com Maju sobre ampliar sua carga horária apresenta como vai ser vantajoso para ela negar sua vida para viver a vida da própria Fernanda.

Usei a experiência que tinha adquirido contratando gente para minha equipe: oferecer um valor razoável e aumenta logo em seguida, dando a sensação de que entregava mais do que havia planejado, de que a oferta era fora do comum e portanto irrecusável. Fiz isso com a Maju, mas mesmo assim ela ficou relutante, tinha um bom motivo para isso. Lembro que nessa hora eu me senti meio satânica, fumando um cigarro com o cabelo desgrenhado e aquele robe vermelho, projetando para ela as benesses de um futuro regado a dinheiro, um futuro que talvez – e inclusive por conta do aceite da própria proposta - não chegaria, mas talvez chegasse, como poderíamos saber? E talvez fosse melhor ainda se a Maju fosse esperta e tivesse me pedindo mais grana, porque ela nem imaginava, mas naquele momento eu daria tudo: quanto custa para você dormir direto aqui, seis salários mínimos mais esse anel de ouro no meu dedo? Está aqui, já estou assinando a sua carteira de trabalho com um salário de editor de

vídeo, porque você é muito mais valiosa para mim do que um editor de vídeo. (Madalosso, 2020, p.27).

A citação revela uma estratégia de persuasão que explora a desigualdade de poder entre Fernanda, a patroa, e Maju, a babá. Fernanda, ao oferecer um valor inicialmente razoável e em seguida aumentá-lo, utiliza um truque psicológico comum em relações de trabalho desiguais, que visa criar a sensação de que a oferta é excepcional, quase como uma dádiva que a empregada não pode recusar. Esse tipo de manipulação se alinha com uma dinâmica de poder na qual a patroa, por meio da oferta de benefícios materiais, tenta consolidar uma posição de controle, criando uma ilusão de que Maju está sendo favorecida, quando, na realidade, ela continua presa à lógica da exploração.

O fato de Fernanda se sentir "meio satânica" ao fazer a proposta e ao projetar para Maju um futuro "regado a dinheiro" revela a consciência da personagem sobre a natureza manipuladora de sua ação. Ela reconhece que está oferecendo algo que, na prática, não é tão vantajoso quanto parece, utilizando a promessa de um futuro melhor para iludir Maju e convencê-la a aceitar a ampliação da carga horária de trabalho. A patroa, em sua análise, quase faz um jogo de poder, sugerindo que Maju deveria ser "mais esperta" e pedir mais dinheiro, o que revela a distância emocional entre as duas e o desdém implícito na relação de classe.

Esse momento também expõe a falta de empatia de Fernanda pela posição de subordinação em que Maju se encontra. O oferecimento de uma "carteira de trabalho" e de um "salário de editor de vídeo" soa como uma compensação simbólica, uma forma de esconder a exploração real que está ocorrendo. O que se apresenta como uma valorização da trabalhadora é, na verdade, uma forma de continuar o ciclo de dominação, disfarçada de benevolência. O poder de Fernanda se materializa nesse jogo de promessas e manipulações, que não só reforça as desigualdades de classe e de gênero, mas também mascara a verdadeira natureza da relação de trabalho, que continua sendo, no fundo, uma relação desigual e exploradora.

Embora Maju tenha plena consciência de que isso poderia impactar sua vida pessoal, ela acredita que ampliar sua carga horária seria uma oportunidade única para garantir um futuro mais confortável, convencida de que não receberia outra oferta tão vantajosa. Ela expressa seu ponto de vista sobre a proposta da seguinte forma:

[...] fiquei olhando pra fora, lembrando da filha de mulheres na agência de emprego, lembrando de mim mesma procurando serviço, das patroas que na

entrevista diziam que tinham me adorado e que iam ligar logo pra eu começar mas não ligavam nunca. Também fiquei pensando o que a vó Brígida ia achar de eu recusar um salário daqueles, salário de professora. Então disse para a dona Fernanda que tudo bem, eu aceitava. (Madalosso, 2020, p.37).

A citação revela a complexa decisão de Maju ao aceitar a proposta de Fernanda, refletindo as pressões e dilemas enfrentados por mulheres em situações de vulnerabilidade econômica e social. Maju, ao considerar a oferta, se vê diante de um dilema pessoal e familiar. Ela pensa nas dificuldades que enfrentou em sua busca por emprego, nas promessas não cumpridas das patroas e, especialmente, no peso das expectativas que recaí sobre ela, como a influência de sua avó Brígida, que valorizaria um "salário de professora" como uma oportunidade rara e valiosa.

Ao aceitar a proposta de Fernanda, Maju faz uma escolha pragmática, sacrificando aspectos de sua vida pessoal por uma estabilidade financeira que considera difícil de recusar. A decisão reflete a pressão que muitas mulheres, especialmente as de classes mais baixas e com poucas opções de trabalho, sentem ao ter que escolher entre a sobrevivência financeira e o equilíbrio da vida pessoal. Ela se vê em uma posição onde, embora reconheça as limitações dessa escolha, sente que não há outra alternativa viável.

Sua aceitação da proposta é uma negociação de suas próprias necessidades emocionais e afetivas em troca de uma promessa de segurança material, que, em um contexto de desigualdade social, parece ser a única chance para um futuro mais seguro e confortável. A análise de Maju, portanto, pode ser vista como um reflexo das escolhas difíceis que muitas mulheres enfrentam quando suas opções são limitadas pela falta de autonomia financeira e pela dependência de um sistema que prioriza o trabalho subvalorizado e precário.

O peso da decisão de Maju está na dor de aceitar uma oferta que, embora financeiramente vantajosa, exige dela sacrifícios que afetam diretamente sua vida pessoal, mas que, em um contexto de opressão econômica, acabam sendo vistas como a única alternativa viável. Em determinado momento da história ela menciona que Fernanda permitiu que ela tivesse *visita íntima* com o marido, tratando Maju como se fosse uma presidiária.

As babás continuam desempenhando um papel vital na vida das famílias, permitindo que os pais conciliem suas carreiras com a criação dos filhos. No entanto, as questões em torno dos direitos trabalhistas, da dignidade no trabalho e do reconhecimento

social permanecem necessárias para essa classe. Além disso, novas questões surgiram, incluindo preocupações com o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal e a indispensabilidade de garantir condições de trabalho justas e seguras para as babás.

As novas estratégias de fazer com que a empregada doméstica permaneça no lar da família e fazê-la sentir-se parte daquele contexto, utilizando a expressão *você é quase da família*, a fim de convencer a pessoa da sensação de pertencimento, quando na verdade, isso é apenas uma forma de mascarar as relações de poder e desigualdade. Como representação dessa ilusão de integração temos o exemplo de Dona M.:

Sou neta de Dona M. que trabalhou desde os 7 anos de idade.

Ela trabalhou como empregada doméstica em uma casa por mais de 35 anos (foi contratada como cozinheira, mas quando chegou lá...)

Todos esses anos dedicando todo seu tempo ao trabalho, “deixando de lado” seus filhos (não porque ela queria, mas porque precisava trabalhar)

Ela falava que o patrão dela “deu” um terreno (com uma casa de dois cômodos, na época era um bairro afastado, com brejo na parte de trás) a ela. Mas ela não notou que era mais lucro para ele fazer isso que dar o dinheiro de uma época em que minha avó passou 20 anos sem ganhar férias nenhuma. Sendo que durante um ano a patroa cobrou aluguel da minha avó sem que seu marido soubesse. (Preta-Rara, 2019, p.82).

Este relato ilustra de forma contundente a falsa sensação de pertencimento que muitas empregadas domésticas, como a avó da narradora, experimentam ao longo de suas vidas de servidão. A figura do patrão, que “deu” um terreno à empregada, é uma construção simbólica que, à primeira vista, parece representar um ato de generosidade. No entanto, ao analisar o contexto mais profundo, percebe-se que esse gesto não é nada mais do que uma estratégia para reforçar a subordinação da empregada, disfarçada de bondade.

A avó, que dedicou mais de 35 anos de sua vida ao trabalho doméstico, sem férias e com condições precárias, acaba recebendo algo que deveria ser uma compensação justa pelo seu trabalho, mas que, na realidade, representa uma continuação da exploração. A menção ao terreno, dado como uma forma de pagamento, revela a dinâmica comum em muitas relações de trabalho doméstico, onde o patrão cria uma ilusão de bondade para manter a empregada submissa e dependente.

A casa de dois cômodos, em um bairro afastado e com a cobrança de aluguel por parte da patroa, mostra como a exploração não se limita apenas ao trabalho realizado dentro de casa, mas também se estende à própria moradia e à vida pessoal da empregada.

O fato de a avó ter ficado 20 anos sem férias e ter sido cobrada por aluguel sem o conhecimento do marido, enfatiza a maneira como a patroa se aproveitava da vulnerabilidade financeira de sua empregada para continuar explorando-a, mesmo quando a ideia de um "presente" como o terreno deveria, supostamente, refletir um gesto de reconhecimento e gratidão.

A percepção ilusória de ser parte da família é, portanto, uma estratégia manipulativa para criar uma ilusão de que a empregada é parte do lar, quando, na realidade, ela é tratada como uma extensão do espaço doméstico, sem direitos ou reconhecimento adequado. Esse tipo de relação evidencia a construção de uma dependência emocional e financeira que desumaniza a empregada, fazendo-a acreditar que a exploração é uma troca justa, quando, na prática, ela continua sendo mantida em uma posição de subordinação e invisibilidade.

CAPÍTULO 2

A GOVERNANTA EM *EMMA*: AFETOS E HIERARQUIAS LITERÁRIAS

Jane Austen, uma das autoras mais importantes do período da Regência Britânica, publicou *Emma* em 1815, explorando as dinâmicas sociais, as divisões de classe e as complexas interações humanas. Inserida em um contexto histórico marcado por convenções sociais rígidas, especialmente no que se refere ao papel da mulher, Austen utiliza seu estilo característico de ironia e crítica social para oferecer um retrato perspicaz das tensões e expectativas que moldavam a vida cotidiana na Inglaterra do início do século XIX.

O romance é ambientado durante o período da Regência (1811-1820), uma época de profundas transformações econômicas e sociais na Inglaterra, sendo uma fase significativa da história britânica, marcada por uma transição política importante e por mudanças culturais que refletiam o crescente poder da burguesia e o impacto da Revolução Industrial. Nesse cenário, a ascensão da burguesia e o fortalecimento da classe média redefiniram a estrutura social.

Para as mulheres, contudo, o casamento continuava sendo a principal forma de garantir segurança econômica, uma vez que suas possibilidades de independência financeira eram severamente limitadas pela sociedade patriarcal da época. *Emma* (2013) expõe essas restrições através da narrativa que gira em torno da protagonista e de suas tentativas de influenciar os destinos matrimoniais alheios, enquanto lida com suas próprias limitações sociais.

O romance narra a história de Emma Woodhouse, uma jovem rica, espirituosa e confiante, que vive em Highbury com seu pai. Dotada de um espírito independente e um tanto arrogante, Emma acredita que não precisa se casar e prefere, em vez disso, dedicar-se a arranjar casamentos para os outros. No entanto, suas tentativas de manipular os relacionamentos de diferentes pessoas, inclusive de sua amiga Harriet Smith, acabam levando a uma série de mal-entendidos e consequências inesperadas.

O romance é narrado em terceira pessoa, com um foco predominante no ponto de vista de Emma. A técnica do discurso indireto livre é amplamente utilizada na obra, permitindo que o leitor tenha acesso às percepções internas da protagonista, muitas vezes revelando ironicamente suas falhas de julgamento antes que a própria Emma as

reconheça. Esse recurso estilístico não só enriquece o desenvolvimento dos personagens, como também oferece uma crítica sutil à sociedade da época.

Como tema central do romance há a divisão de classes e casamento, utilizando a trama para criticar as expectativas sociais em torno desse tema, especialmente quando visto como um meio de ascensão social ou estabilidade econômica. A obra revela como as relações de poder e classe influenciam as escolhas e destinos dos personagens. Como a ironia é uma marca registrada de Austen, que a utiliza para questionar as convenções sociais da época, a obra expõe a hipocrisia e os preconceitos que permeiam a sociedade britânica.

No início do romance somos apresentados à cena do casamento entre Mr. e Mrs. Weston, esta última sendo a antiga governanta da família Woodhouse, cujo casamento foi promovido por Emma. Este evento inicial abre espaço para as discussões que fundamentam o presente capítulo. A escolha desta obra para análise se justifica pela sua duradoura relevância literária e a possibilidade contínua de (re)interpretação, o que torna *Emma* (2013) um verdadeiro clássico.

Embora originalmente publicado em 1815, o romance permanece pertinente, justamente porque a cada nova leitura dialoga com as circunstâncias e valores de seu próprio tempo histórico (Barbosa, 2009). À medida que diferentes gerações (re)leem a obra, novas camadas de significado são reveladas, permitindo que os leitores atribuam diferentes valores e interpretações a partir de suas próprias experiências. Além disso, há um *corpus* considerável de pesquisas acadêmicas que explora tanto a complexidade da protagonista quanto às críticas subjacentes ao estilo de vida aparentemente superficial que Emma representa.

A partir disso, surgiu a indagação de olhar com outras lentes, a da crítica feminista, para esse clássico e tentar enxergar aqueles que quase não são vistos. Barbosa (2009) destaca a interação ativa entre o leitor e o texto, enfatizando que o ato de leitura vai além da simples decodificação das palavras impressas. Quando um leitor se depara com uma obra, ele não apenas compreende o que está explicitamente apresentado, mas também a interpreta à luz de suas experiências prévias, conhecimentos e outras leituras que já fez. Ele destaca: “[...] o leitor lê o que está na obra e relê o que está entre aquela obra e toda a sua experiência de leitura anterior.” (Barbosa, 2009, p.36).

Nesse sentido, cada nova leitura é uma releitura, pois o significado do texto é constantemente ressignificado pelo repertório pessoal do leitor. Assim, a leitura torna-se um diálogo entre o texto e o universo de referências do leitor, enriquecendo a compreensão e tornando-a única para cada indivíduo. Durante minha releitura do clássico pude comprovar que o texto pode ser o mesmo, mas ele se transforma a partir de cada leitura. Assim, o enfoque a partir de agora será em quem pouco tem visibilidade na trama, a governanta Miss Taylor, posteriormente conhecida como Mrs. Weston.

Sendo assim, a partir de agora será discutido sobre a relevância de Miss Taylor/Mrs. Weston e como em diversos momentos ela assume o papel de mãe dentro da narrativa. Apresentando como suas aparições dentro do romance são (ou não são) relevantes dentro do contexto apresentado.

2.1 Miss Taylor/Mrs. Weston: entre devoção e transição

Miss Taylor é uma figura central para a compreensão do impacto emocional da família Woodhouse. Embora o casamento com o Sr. Weston seja visto como uma realização desejável, cheia de qualidades positivas, para Emma, a ausência de Miss Taylor significa uma grande perda pessoal. O narrador descreve a governanta da seguinte maneira: “[...] less as a governess than a friend, very fond of both daughters, but particularly of Emma.” (Austen 2013, p.254).⁷

Miss Taylor foi mais do que uma simples governanta, ela foi uma amiga e muitas vezes uma mãe que ofereceu carinho, compreensão e apoio incondicional, sempre interessada no bem-estar e nas alegrias de Emma. Sua partida simboliza o fim de um vínculo profundo, deixando Emma enfrentar a solidão e a falta de uma figura tão significativa em sua vida.

Mr. Woodhouse também sentia muito a ausência da governanta, mas isso porque, de acordo com Federici (2019), “Quanto mais o homem serve e recebe ordens, mais ele manda. A casa de um homem é seu castelo [...]” (Federici, 2019, p.45). Esse comentário articula uma crítica bastante perspicaz sobre a dinâmica de poder nas relações domésticas, especialmente em contextos históricos em que a governanta (ou outras trabalhadoras domésticas) desempenha um papel central na manutenção do lar.

⁷ Tradução: “[...] mais como amiga do que como governanta, muito afeiçoada às duas filhas, mas particularmente à Emma.” (AUSTEN, 2013, p.5)

É interessante notar como Mr. Woodhouse sente a ausência da governanta não apenas pelo trabalho que ela realizava, mas também pelo impacto em seu senso de autoridade. A citação sugere que, paradoxalmente, o poder masculino dentro de casa é sustentado pelo serviço de outras pessoas, principalmente mulheres, que atendem suas demandas. Assim, o "castelo" que é o lar de um homem só permanece em pé porque ele exerce controle sobre aqueles que trabalham ali, enquanto sua autoridade se fortalece na medida em que outros se subordinam a ele.

No caso de Mr. Woodhouse, sua dependência emocional e prática da governanta revela que, apesar de sua posição de poder, ele é profundamente dependente de quem realiza o trabalho invisível que mantém o lar em ordem. A ausência da governanta não afeta apenas o funcionamento da casa, mas também ameaça a ilusão de autossuficiência e controle que ele possui. Federici (2019) aponta, então, que o poder masculino dentro do lar está enraizado na exploração do trabalho doméstico alheio.

Essa insegurança é claramente vista numa conversa entre Emma e seu pai sobre Jane Fairfax virar governanta, ele demonstra seu incômodo e uma possível ingratidão de Miss Taylor ao decidir se casar. Enquanto ele fala sobre como espera que a família de Mrs. Elton trate Miss Fairfax, Mr. Woodhouse relembra sobre Mrs. Weston:

[...] Você sabe, minha querida, Miss Fairfax vai ser para essa dama o mesmo que Miss Taylor foi para nós. E espero que seja melhor em um aspecto: que não seja induzida a ir embora depois de fazer da casa dessa senhora o seu lar por muito tempo. (AUSTEN, 2013, p.194)

Essa citação adiciona uma camada de complexidade à análise das relações de poder no trabalho doméstico, especialmente no que diz respeito ao papel das governantas. Ao revelar uma expectativa de que a nova governanta desempenhe um papel semelhante ao de uma figura quase materna ou de confiança, que não apenas trabalha, mas também oferece suporte emocional e afeto. O lar que tanto oferece um senso de pertencimento às trabalhadoras domésticas também é um espaço de aprisionamento para essas governantas.

Por um lado, Miss Taylor é vista como parte da família, por outro, sua permanência é desejada não por reconhecimento genuíno, mas por conveniência dos patrões. Mesmo quando essas trabalhadoras são consideradas do lar, o vínculo é condicionado por uma expectativa implícita de lealdade e submissão. Elas não pertencem de fato, mas a preocupação expressa sobre Miss Taylor ser induzida a ir embora destaca o medo de perder uma fonte de trabalho dedicado, revelando que, por trás das

demonstrações de afeto, há uma camada de exploração e controle disfarçada de benevolência.

Assim, percebe-se como as relações de trabalho doméstico, seja no contexto vitoriano ou contemporâneo, misturam afeto e exploração, deixando as trabalhadoras em uma posição ambígua, onde sua dedicação é esperada, mas raramente retribuída de forma justa ou equitativa. O foco na personagem de Miss Taylor, com sua generosidade e dedicação, revela como o amor e o cuidado de uma pessoa podem moldar a vida de outra de maneira profunda e duradoura.

O evento prometia toda felicidade para a sua amiga. Mr. Weston era um homem de caráter excepcional, fortuna razoável, idade adequada e maneiras agradáveis; e ela sentia certa satisfação em considerar com que abnegação e generosa amizade ela mesma havia desejado e promovido a união. Mas o dia seguinte foi de duro trabalho para Emma. Sentiria a falta de Miss Taylor todas as horas de todos os dias. Lembrou de sua bondade no passado - a bondade e a afeição de dezesseis anos - como a havia ensinado e brincado com ela desde os seus cinco anos; como havia devotado todos os seus sentidos em entretê-la e diverti-la na saúde, e como velara por ela durante as várias doenças da infância. Tinha um grande débito de gratidão. Mas os últimos sete anos eram ainda uma preciosa e terna recordação, dado o grau de intimidade e a perfeita confiança que se seguiram ao casamento de sua irmã Isabella, quando ficaram as duas sozinhas. Tinha sido uma amiga e companheira como poucos possuíam: inteligente, bem informada, prestativa, gentil, conhecendo tudo sobre a família, interessada em todas as suas preocupações, e especialmente interessada por ela, por cada uma de suas alegrias, por qualquer coisa que lhe dissesse a respeito. Era alguém com quem podia falar de qualquer pensamento que tivesse, e que lhe dedicava uma afeição tão profunda que jamais poderia terminar. (AUSTEN, 2013, p.6)

O casamento de Miss Taylor foi um marco importante na vida da protagonista, e a obra demonstra como esse foi um dos eventos mais importantes para Emma do que para a própria governanta. Isso se dá porque a história se passa a partir do ponto de vista de Emma, mostrando como para ela é importante a presença de Miss Taylor em sua vida e sua ausência influenciará na rotina da família.

Miss Taylor serviu como governanta na casa de Hartfield por dezesseis anos. Ela começou a trabalhar para a família Woodhouse logo após o falecimento da mãe das meninas, momento que marcou o início de uma relação de grande proximidade e afeto. Ao longo dos anos, Miss Taylor não apenas cumpriu suas obrigações profissionais, mas também se dedicou profundamente ao cuidado das jovens, criando Emma e Isabella com um carinho e atenção que transcendiam a relação tradicional entre empregada e patroa.

Esse vínculo afetivo se fortaleceu ainda mais pela convivência constante, uma vez que Miss Taylor morava na casa e se tornava uma presença indispensável, especialmente

nos momentos de doença e saúde, como evidenciado na citação anterior. Com a figura materna ausente na vida das meninas, Miss Taylor adotou uma postura protetora, cuidadosa e carinhosa, estabelecendo uma relação que mesclava afeto com obrigações profissionais.

Esse misto de sentimentos criou uma linha tênue entre o papel de governanta e o de mãe, que, como bem observa Teixeira (2021), torna-se cada vez mais difícil de distinguir à medida que os laços afetivos se fortalecem. Para Emma a relação com Miss Taylor foi essencial, oferecendo-lhe o apoio emocional e a estabilidade que ela necessitava, além de influenciar diretamente sua formação emocional e social.

2.2 Representação da ordem social no espelho da ficção

É importante levar em consideração que ao falar sobre representação estamos pensando sobre imitação, ou seja, mimese, em especial na mimese apresentada na Poética (2014) de Aristóteles. Essa confusão de termo se dá devido a tradução da Poética (2014), ele foi traduzido do grego para o latim, por isso, a palavra *mimese* é de origem grega e foi traduzida para o latim como *imitatio* e para o português como *imitação*, assim, ao se referir a mimese em diferentes momentos pode ser que apareça como imitação e/ou representação.

No entanto, elas referem-se ao fazer artístico do poeta. Aristóteles (2014) explica sobre o que são essas obras artísticas: “A epopéia, o poema trágico, bem como a comédia, o ditirambo e, em sua maior parte, a arte do flauteiro e a do citaredo, todas vêm a ser, de modo geral, imitações. (Aristóteles, 2014, p.19).

Para Aristóteles (2014), cada obra terá sua própria criação porque ela não contará o que aconteceu, mas sim o que poderia ter acontecido no campo da verossimilhança. Sendo assim, por meio de Miss Taylor, Austen (2013) oferece uma visão profunda da complexa relação entre governantas e suas protegidas, evidenciando o impacto duradouro que essas figuras podem ter na formação de caráter e identidade.

Regina Lima (2014) discorre sobre o profundo poder de influência exercidos pelas babás na vida das crianças sob seus cuidados, destacando que essas profissionais não apenas assumem a responsabilidade pelo bem-estar físico, mas também pelo desenvolvimento emocional e social dos pequenos. Esse impacto é particularmente

perceptível em contextos onde a figura da babá se torna central na vida da criança, quase assumindo o papel de uma segunda mãe.

Tal influência é evidenciada na obra *Emma* (2013), em que a relação entre a protagonista e sua governanta ilustra como a presença constante de uma babá pode moldar as percepções, valores e comportamentos da criança. O livro demonstra como esses laços afetivos podem ultrapassar os limites de uma relação meramente profissional, refletindo a complexa dinâmica de poder, afeto e dependência que se estabelece nesse tipo de convivência diária.

[...] geralmente, essa relação com a babá é, frequentemente, “apagada” nas conversas do cotidiano e não vemos destaque nas reflexões teóricas que abordam questões sobre o amadurecimento dos bebês e das crianças na atual sociedade brasileira. (Lima, 2014, p.56).

Assim, Lima (2014) sugere que a atuação das babás vai além das tarefas tradicionais de cuidado, impactando diretamente a formação da identidade e das experiências afetivas das crianças. Elas são essenciais para a maturação da criança e não possuem a visibilidade necessária. Não apenas Miss Taylor é apagada do cotidiano, mas todas as mulheres que estão nesse papel.

Miss Taylor possui pouco destaque na trama, com o narrador sendo Narrador Onisciente Neutro, durante as cenas é descrito o que o narrador está vendo e como os envolvidos estão se sentindo, mas ele não descreve como a governanta está se sentindo, ele apenas a descreve em cena ou coloca uma fala sua. Como o ponto de vista do romance é o de Emma, a protagonista, pode-se perceber que mesmo sua amada governanta tendo importância como pessoa para ela, seus pensamentos/sentimentos não são relevantes para ela.

Como na cena em que Mrs. Weston está conversando com Emma e Isabella e, logo após, Mr. Woodhouse aparece, nesse momento é descrito como Emma e como Mr. Woodhouse estão se sentindo, mas não a ex-governanta:

Emma desejou que estivesse sozinha com Mrs. Weston. Poderia então ouvir mais, pois Mrs. Weston falaria com ela com mais intimidade do que com Isabella. Dificilmente tentaria ocultar-lhe alguma coisa relativa aos Churchill, exceto as intenções dela e do marido para o rapaz, que Emma já adivinhará usando sua imaginação. No momento não havia mais nada a ser dito. Mr. Woodhouse logo os seguiu na sala de estar, não suportava ficar sentado muito tempo após o jantar. Nem o vinho nem a conversa significavam alguma coisa para ele, e foi com prazer que se dirigiu até aqueles com quem se sentia à vontade. (Austen, 2013, p.63)

A passagem destaca a percepção de Emma sobre a relação que possui com Mrs. Weston, enfatizando o desejo de Emma por uma conversa mais íntima e reveladora que não seria possível na presença de outras pessoas, como sua irmã Isabella. No entanto, é interessante notar que, enquanto o texto se concentra nas expectativas e suposições de Emma, há uma ausência marcante de informações sobre os sentimentos e intenções de Mrs. Weston.

A narrativa privilegia o ponto de vista de Emma, que acredita que Mrs. Weston seria mais aberta e franca se estivesse a sós com ela, mas não há qualquer evidência direta das motivações ou emoções da própria Mrs. Weston em relação a essa suposta confidência. Essa lacuna na perspectiva de Mrs. Weston pode sugerir uma limitação da visão de Emma, que, em sua autoconfiança, tende a interpretar as relações à sua volta de acordo com seus próprios desejos e suposições, sem considerar plenamente as motivações dos outros.

O narrador opta por utilizar do discurso direto para demarcar as falas de cada personagem, a fim de que elas não se confundam às suas próprias, tendo em vista que ele apresenta o pensamento de outros personagens também. A falta de voz de Mrs. Weston neste trecho, portanto, destaca a centralidade do olhar de Emma e abre espaço para questionamentos sobre o quanto das suas interpretações são, de fato, reais ou meras projeções de suas próprias expectativas e imaginação. Isso é evidenciado em outro momento da narrativa, quando quase no final do romance aparece outra empregada doméstica, apenas citada e não é trazido nenhuma informação extra.

Enquanto Emma procura agradar Jane Fairfax, convidando-a para passar o dia e passear com ela e indo até sua casa visitá-la, com todas as tentativas falhas, ela pensa em enviar alguns alimentos para Miss Fairfax como forma de animar seu espírito, nesse momento uma outra governanta é citada: “Assim que chegou em casa Emma chamou a governanta [...]”. (Austen, 2013, p.197). Não sabe o nome dela, suas características físicas e nem em que momento ela começou a trabalhar na casa da família Woodhouse.

Pode-se observar que Mrs. Weston ocupa um lugar de grande estima no coração de Emma, apesar das diferenças de classe social que as separam. Notavelmente, Emma demonstra um afeto que não é estendido a outras pessoas de posição similar, as quais permanecem à margem de sua atenção. A relação entre Emma e Mrs. Weston transcende os limites formais e hierárquicos, evoluindo para um vínculo profundamente afetivo.

Essa proximidade é evidenciada na fala de Mrs. Weston, que carinhosamente se refere a Emma e Isabella como “[...] minhas duas filhas [...]” (Austen, 2013, p.63), realçando o apego emocional construído ao longo dos anos de cuidado e convivência. Tal envolvimento reflete o conceito de "trabalho afetivo", que, conforme Federici (2019), “se refere ao caráter interativo do trabalho, à sua capacidade de promover fluxos de comunicação, sendo polivalente com relação às atividades associadas a ele.” (Federici, 2019, p.336).

No caso de Mrs. Weston, seu papel não se restringe a obrigações profissionais, mas envolve a expressão genuína de empatia, carinho e um desejo autêntico de proporcionar bem-estar às pessoas sob seus cuidados. Esse trabalho afetivo exige não apenas competência técnica, mas também uma dedicação emocional, onde a simpatia e o afeto são essenciais. A relação entre Mrs. Weston e Emma exemplifica como esse tipo de trabalho vai além da mera obrigação, sendo movido por uma motivação intrínseca para criar e manter laços de afeto.

Essa dimensão afetiva do trabalho revela que a dedicação de Mrs. Weston não é impulsionada apenas por dever, mas também por uma verdadeira conexão emocional, exemplificando os laços interpessoais que se formam mesmo em contextos hierarquicamente desiguais. O mesmo acontece com diferentes babás que cuidam de crianças em posições sociais diferentes e se apegam à elas de forma verdadeira. Como é o caso de Janete, a menina que foi cuidada por ela escreveu um depoimento demonstrando o quanto a babá dedica a sua vida à ela:

[...] Hoje cedo, passei mal, tive uma reação alérgica terrível, liguei para o meu pai me ajudar, ele, mesmo morando perto e tendo carro, não se importou, foi a Janete que foi me ajudar.

Hoje é o dia de folga dela. Ela não se importou, acordou, levantou, foi até a minha casa, me conseguiu o remédio e ficou comigo até eu ir embora.

[...]

Não lembro quando a Janete começou a trabalhar com a minha família, para mim, ela sempre esteve lá. Sempre cuidou de mim.

[...]

Ela sempre fez tanto por mim e percebi que não faço grande coisa para ela. [...]

Eu percebi hoje, que ninguém faria por mim o que a Janete faz, e ainda assim, parece que é isso que acontece com as empregadas. Elas precisam ir tão além da própria função, se machucar e se doar tanto, isso é tão absurdamente errado. [...]” (Preta-Rara, 2019, p.72-73).

É possível visualizar a relação de afeto e exploração que frequentemente marca o trabalho doméstico, destacando o quanto ele é invisibilizado e desvalorizado, mesmo quando permeado por gestos de carinho e dedicação. No relato, a narradora percebe que a ajuda que recebeu de Janete, uma empregada doméstica, foi algo que ela não poderia esperar nem mesmo do próprio pai. Evidenciando como o trabalho afetivo das empregadas é tomado como um dado, quase como uma extensão natural de suas responsabilidades.

Esse trabalho afetivo vai além das obrigações profissionais, ele acaba sendo despercebido, pois é visto como parte do "jeito" dessas mulheres de cuidar. Segundo Federici (2019), esse “trabalho afetivo [... é] um aspecto da teoria do trabalho imaterial” (Federici, 2019, p.326). O vínculo afetivo é usado para justificar a exploração. Janete, mesmo em seu dia de folga, sente-se compelida a ajudar a menina em um momento de necessidade, colocando de lado seu próprio descanso e bem-estar. Isso demonstra como as fronteiras entre o trabalho pago e o cuidado pessoal se misturam, transformando a relação em algo que transcende o contrato de trabalho.

O trabalho imaterial pode ser definido “como trabalho que produz objetos não físicos - códigos, dados, símbolos, imagens, ideias, conhecimentos, subjetividades, relações sociais - [...]” (Federici, 2019, p.327). No contexto do trabalho doméstico, o trabalho imaterial desempenha um papel essencial. Empregadas domésticas, governantas e cuidadores não apenas realizam tarefas físicas, como limpar, cozinhar e organizar, mas também produzem valor imaterial ao nutrir vínculos emocionais, oferecer suporte psicológico e manter um ambiente de estabilidade e harmonia no lar.

Esse tipo de trabalho é frequentemente desconsiderado, mesmo sendo crucial para o bem-estar das famílias que o recebem, como foi desconsiderado pela narradora do relato. A produção de subjetividades e relações sociais mencionada por Federici (2019) é evidente na forma como essas trabalhadoras constroem e mantêm laços de confiança e afeto com os membros das famílias para as quais trabalham.

Portanto, o trabalho imaterial, quando aplicado ao serviço doméstico, revela como essas atividades são tanto indispensáveis quanto desvalorizadas. Elas são consideradas parte da essência do cuidado, mas não do trabalho propriamente dito, o que reforça a ideia de que essas tarefas não têm o mesmo valor que a produção material, mesmo que na prática sejam essenciais para a reprodução social e econômica.

CAPÍTULO 3

A BABÁ EM SUÍTE TÓQUIO: REBELDIA E RESISTÊNCIA NO CONTEMPORÂNEO

Suíte Tóquio foi publicado em 2020, uma obra da escritora e jornalista brasileira Giovana Madalosso, natural de Curitiba e residente em São Paulo. O romance narra a trama tensa e envolvente do sequestro de Cora, uma menina pequena, pela sua babá, Maju. A história se desenrola com a babá meticulosamente planejando o sequestro de forma a não ser descoberta pelos pais da criança. O enredo revela os conflitos emocionais e psicológicos que motivam Maju a tomar tal atitude extrema.

Ela acredita que tem mais direito sobre a menina do que seus próprios pais, justificando suas ações com a ideia de que é ela quem realmente cuida de Cora, proporcionando-lhe amor, carinho e a atenção necessária ao seu desenvolvimento físico e emocional. Maju vê os pais biológicos de Cora como figuras distantes, que se preocupam apenas com a rotina e com seus próprios interesses pessoais, sem compreender a profundidade das necessidades afetivas da filha.

Através dessa perspectiva, o livro explora temas como o vínculo afetivo, a posse emocional e as complexas dinâmicas familiares, questionando o que realmente significa ser responsável por uma criança e até onde o amor pode ultrapassar os limites da razão. A obra também reflete sobre as relações de poder que se estabelecem nas famílias e o impacto de cada ação nas pessoas envolvidas.

No romance, há duas protagonistas, Fernanda (patroa) e Maju (babá). Elas intercalam as vozes dentro da narrativa, apresentando diferentes pontos de vista sobre uma mesma cena ou mesmo período temporal. Maju, vê a partir de sua lente de subalterna e marginalizada, enquanto Fernanda observa com seu local de mulher branca, de classe média alta.

O enredo conta sobre um jovem casal com sua primeira filha, Cora, o qual vivem uma dinâmica familiar peculiar: a mulher trabalha fora e é responsável pelo sustento da casa, enquanto o marido cuida da filha e das tarefas domésticas, realizando alguns trabalhos esporádicos. Nesse arranjo, contratar uma babá acaba fazendo com que a mulher se sinta menos culpada por estar distante da filha, já que precisa cumprir sua rotina intensa no trabalho.

A babá, Maju, também carrega consigo uma vida, sonhos e desejos fora do emprego. Contudo, à medida que vai se envolvendo cada vez mais com a criança e com a rotina daquela família, começa a perder o controle de sua própria existência. Depois de ser convencida a morar com a família, sua vida pessoal começa a se desfazer, até que, em pouco tempo, ela passa a viver exclusivamente para a criança, dedicando-lhe todo o seu amor e atenção. Quando todos os envolvidos percebem que suas vidas tomaram rumos diferentes e incontroláveis, já é tarde demais. A babá sequestra a criança. A mulher se envolve com uma amante. O marido, por sua vez, se anestesia emocionalmente e passa a agir absorto.

Quando todos os envolvidos finalmente se dão conta de que suas vidas seguiram caminhos inesperados e incontroláveis, já é tarde demais para voltar atrás. O peso das escolhas feitas, das atitudes não refletidas, torna-se insuportável. A babá, completamente imersa em sua obsessão pela criança, toma a decisão drástica de sequestrá-la. Enquanto isso, a mulher, submersa na frustração de uma vida que não corresponde às suas expectativas, se envolve com uma amante, buscando uma válvula de escape para o vazio emocional que a consome.

Já o marido, incapaz de lidar com as situações ao seu redor, se fecha em um estado de anestesia emocional, isolando-se, como se o mundo exterior fosse irrelevante. Ele passa a agir de forma apática, sem se dar conta do impacto de sua desconexão. Nesse cenário, as relações se desfazem lentamente, e cada personagem se vê perdido, sem saber como reconquistar o controle de suas vidas ou reparar os danos irreversíveis que começaram a tomar forma. O caos é inevitável, e a sensação de perda torna-se o fio condutor de suas existências.

Possuir duas mulheres como protagonistas na trama demonstra como a sociedade tem sido alterada no decorrer dos anos, após muitas lutas, conforme apresentado no capítulo inicial, o protagonismo feminino como personagens na literatura tem evoluído ao longo do tempo, refletindo mudanças sociais e culturais que permitiram retratar mulheres de maneira mais complexa e autêntica. Durante séculos, as personagens femininas de classes inferiores às burguesas foram muitas vezes limitadas a papéis coadjuvantes, retratadas como figuras idealizadas, submissas ou meros objetos. No entanto, com a transformação da sociedade e o aumento da presença de mulheres na criação literária, elas passaram a ser representadas como protagonistas plenas, com histórias próprias, profundidade psicológica e agência.

O protagonismo feminino na literatura reflete uma visão mais ampla e inclusiva do que significa ser humano. Ao assumir o centro das narrativas, as mulheres trazem histórias únicas que ressoam com leitores de todas as origens, mostrando que suas vozes e experiências são essenciais para a literatura universal. Assim, uma mulher, empregada doméstica e de classe baixa conseguir ser o centro de uma narrativa reflete o avanço da sociedade nessa questão.

3.1 Maju: vozes roucas de uma rotina silenciada

Maju é uma mulher pobre de quarenta e poucos anos que sempre teve a vida muito simples e sofrida, foi criada por sua avó e quando a vó percebeu que estava perto do fim da vida mandou ela para São Paulo com um endereço em mãos para trabalhar como empregada doméstica na esperança de que trabalhasse durante o dia e estudasse para ser professora a noite. Infelizmente, isso não aconteceu. Ela passou por abusos físicos e emocionais até conhecer seu marido, Lauro, e começar a trabalhar com a Fernanda e o Cacá. Eles tinham uma menina, chamada Cora.

No decorrer do romance, Fernanda e Maju compartilham a narrativa de um mesmo período temporal, mas a partir de perspectivas distintas, que refletem suas vivências individuais. A alternância entre os capítulos, com Maju narrando os ímpares e Fernanda os pares, evidencia a construção de dois olhares complementares sobre os acontecimentos, cada um permeado pelas percepções subjetivas da personagem que o narra. Essa estrutura narrativa adota, em ambos os casos, o ponto de vista do narrador-protagonista, conforme a definição estabelecida por Norman Friedman em seu estudo seminal de 1955.

Segundo Friedman, “The protagonist-narrator, therefore, is limited almost entirely to his own thoughts, feelings, and perceptions. Similarly, the angle of view is that of the fixed center.” (Friedman, 1955, p.1175-1176)⁸ Essa escolha estilística restringe o leitor à experiência subjetiva da personagem que ocupa o papel de narradora em determinado capítulo, oferecendo uma imersão direta em seus processos mentais e emocionais. A característica distintiva desse tipo de narração é ilustrada logo no início do romance, com a fala de uma das narradoras: “Estou raptando uma criança. Tento afastar esse

⁸ Tradução: “O narrador-protagonista, portanto, encontra-se quase que inteiramente limitado a seus próprios pensamentos, sentimentos e percepções. De maneira semelhante, o ângulo de visão é aquele do centro fixo.” (FRIEDMAN, 2002, p.177).

pensamento, mas ele persiste enquanto descemos pelo elevador [...]” (Madalosso, 2020, p. 9). Aqui, a narradora revela não apenas o que acontece externamente, mas também a dimensão íntima de sua consciência, incluindo os pensamentos involuntários e as reações emocionais que lhe ocorrem em tempo real.

Esse acesso privilegiado à subjetividade da personagem só é possível devido à escolha do ponto de vista do narrador-protagonista, que combina a descrição das ações com uma introspecção profunda. Essa técnica narrativa não apenas constroi a individualidade das personagens, mas também explora os limites da percepção humana, sublinhando como cada uma interpreta e reage ao mesmo evento de maneiras únicas e marcadas por suas personalidades e histórias de vida. Ao adotar esse formato, a autora estabelece uma dinâmica de alternância narrativa que amplia a compreensão do leitor sobre o enredo e os conflitos das personagens.

O diálogo indireto entre as perspectivas de Maju e Fernanda reforça a multiplicidade de interpretações possíveis em torno dos mesmos acontecimentos, enquanto a escolha de narradoras-protagonistas sublinha a importância da experiência subjetiva como veículo para a construção literária. Assim, a obra dialoga com uma tradição literária que privilegia o olhar interno e a complexidade psicológica das personagens, ao mesmo tempo em que oferece uma estrutura narrativa inovadora que desafia as fronteiras entre o público e o privado, o individual e o coletivo.

Com base nessa construção narrativa, torna-se evidente uma ruptura com a tradição literária que historicamente privilegiou narradores alinhados aos valores da cultura patriarcal. Esses narradores, muitas vezes caracterizados como homens brancos, “[...] de classe média ou alta, adeptos de uma religião legitimada socialmente, heterossexuais, adultos e aptos a dar ordens e sustentar regras.” (Ginzburg, 2012, p.2), dominaram por séculos a produção literária, perpetuando visões de mundo homogêneas e excludentes. No entanto, no romance em questão, os narradores são mulheres, e essa escolha subverte a hierarquia tradicional da representação narrativa.

Maju, uma das narradoras, é caracterizada como uma mulher pobre que enfrenta as dificuldades impostas por sua condição socioeconômica. Sua necessidade de trabalhar para se sustentar é central para sua caracterização, revelando uma luta diária que contrasta diretamente com o privilégio e a autoridade conferidos aos narradores típicos da tradição patriarcal. Apesar de não desejar aumentar sua carga horária de trabalho, Maju se vê compelida a fazê-lo, movida pela necessidade de garantir uma renda maior para sua

sobrevivência. Essa decisão não apenas ilumina as pressões econômicas que moldam a vida de mulheres como Maju, mas também evidencia a resiliência e a capacidade de adaptação que frequentemente definem personagens femininas subalternas na literatura contemporânea.

Ao trazer Maju para o centro da narrativa, a obra desloca o foco das elites e das representações tradicionalmente associadas ao masculino, oferecendo uma perspectiva que legitima a vivência de mulheres marginalizadas. A narrativa de Maju não apenas humaniza sua experiência, mas também denuncia as desigualdades estruturais que condicionam suas escolhas. Esse deslocamento de protagonismo desafia a ideia de universalidade do ponto de vista patriarcal, questionando quem tem o direito de narrar e quais histórias merecem ser contadas.

Ao observar essas histórias é possível perceber como mulheres negras e inferiorizadas conseguem ter voz e sair de um local sempre condicionadas, como é o caso do seguinte relato:

Desde sempre minha mãe foi empregada doméstica, como não tinha aonde ficar então ela sempre me levava.

Por ter sido criada nesses lugares, sempre soube aonde era "o meu lugar" Não falava com ninguém se não falasse comigo. [...] (Preta-Rara, 2019, p.58).

A citação de Preta-Rara revela, de forma pungente, as marcas profundas da desigualdade social e racial que estruturam as relações de trabalho doméstico no Brasil, bem como as dinâmicas de exclusão e subalternidade impostas às mulheres negras e suas famílias. A frase "sempre soube aonde era 'o meu lugar'" sintetiza a violência simbólica que naturaliza a hierarquização dos espaços sociais, reforçando uma lógica de segregação entre aqueles que servem e aqueles que são servidos. Ao trazer a experiência da narradora como filha de uma empregada doméstica, o texto evidencia o ciclo intergeracional de desigualdade, onde a ocupação do espaço doméstico pelas mulheres negras é delimitada por normas tácitas de invisibilidade e submissão.

O silêncio mencionado pela narradora, "Não falava com ninguém se não falasse comigo", é uma expressão direta da subordinação historicamente construída e perpetuada por meio das práticas sociais e culturais que regem o trabalho doméstico. Esse silêncio pode ser lido como uma imposição de apagamento social, em que a presença da narradora e de sua mãe é tolerada apenas enquanto se mantêm dentro dos limites impostos pelas

relações de poder. Ao mesmo tempo, o testemunho de Preta-Rara desconstrói essas normas ao dar voz a uma vivência frequentemente silenciada.

A experiência de ser "criada nesses lugares" reflete a condição de liminaridade vivida por essas mulheres, que ocupam o espaço da casa, mas permanecem excluídas da ideia de pertencimento e cidadania plena. Transcendendo a dimensão pessoal e adquirindo um caráter emblemático, expondo as estruturas de poder que continuam a moldar as relações raciais e de classe no Brasil contemporâneo. Maju consegue se ver nesse "lugar" de pertencimento e apesar de não ter a intenção de aumentar sua carga horária de trabalho, ela aceita se dedicar mais ao serviço por pensar em melhorar sua renda e poder sair desse local designado à ela.

Me disse que tinha uma proposta, perguntou se eu não queria ganhar mais, em vez de dois salários, três mínimos pra trabalhar direto, folgando só um domingo por quinzena. Agradei a oferta, é pecado desdenhar da fartura, mas disse que não podia, que eu e Lauro estávamos tentando ter um filho, ir pra casa só uma vez a cada quinze dias não ia dar. [...] mas logo a dona Fernanda desatou a falar do dinheiro, que aquele valor ia ser com carteira assinada, que eu ia poder financiar uma casa, pôr meu filho numa escola particular, essas coisas. [...] fiquei olhando pra fora, lembrando de mim mesma procurando serviço na agência de emprego, lembrando de mim mesma procurando serviço, das patroas que na entrevista diziam que tinham me adorado e que iam ligar logo pra eu começar mas não ligavam nunca. Também fiquei pensando o que a vó Brígida ia achar de eu recusar um salário daqueles, salário de professora. Então disse para a dona Fernanda que tudo bem, eu aceitava. (Madalosso, 2020, p.36-37).

O trecho que descreve Maju ouvindo a lista de benefícios propostos por sua patroa, Fernanda, enquanto relembra a dificuldade de conseguir um emprego digno, oferece uma oportunidade única de explorar a complexidade moral e as camadas de subalternidade que permeiam sua existência. Ao conceder voz a Maju, a narrativa desafia a hegemonia do sujeito centralizado, conforme descrito por Ginzburg (2012), com uma *narradora descentrada* (partindo do pressuposto de que o centro seria o padrão encontrado na sociedade: homem, hétero, branco, classe média ou alta e que segue uma linha religiosa aceitável), trazendo para o primeiro plano uma perspectiva frequentemente ignorada ou marginalizada na literatura.

O destaque à sua subjetividade não serve apenas para justificar sua aceitação de condições de trabalho mais extenuantes, mas também para iluminar as escolhas extremas que ela faz, incluindo sua participação no planejamento e consumação de um sequestro. Esse movimento narrativo provoca no interlocutor uma reflexão crítica sobre as condições sociais e históricas que legitimam ou, ao menos, explicam moralmente ações

que transgridem as normas legais. A presença de Maju como narradora descentrada posiciona o leitor em um terreno ético ambíguo, onde a transgressão se revela não como um ato puramente criminoso, mas como o resultado de pressões sociais, econômicas e psicológicas que moldam a vida de sujeitos subalternos.

Além disso, o texto problematiza a própria ideia de legalidade e legitimidade, ao convidar o leitor a considerar as circunstâncias que levam Maju a agir de forma tão drástica. Sua história evidencia como as estruturas de poder moldam as escolhas disponíveis aos sujeitos subalternos, colocando em xeque a visão simplista de que todos possuem igualdade de oportunidades ou liberdade de ação. Nesse sentido, a narrativa de Maju transcende o plano individual, transformando-se em uma denúncia social e em uma ferramenta de desconstrução das hierarquias simbólicas que sustentam as desigualdades sociais.

Fernanda também não é uma narradora comum, ela foge do padrão imposto pela sociedade por não ser uma mãe dedicada e ainda ter uma relação homoafetiva fora do casamento. Ela vai ao encontro do pensamento de Regina Lima sobre a nova construção de família,

Não há mais destaque ao “pai da lei” e “a mãe do cuidado do lar”. [...] [a família brasileira] formada por pais, filhos e a babá – que não mais encarnam os valores sociais tradicionais relatados acima e vêm tentando construir novas formas de organização das funções familiares. (Lima, 2014, p.55)

Lima (2014) destaca uma transformação significativa nas representações e estruturas da família brasileira contemporânea, questionando os valores sociais tradicionais que historicamente definiram as funções parentais e familiares. A figura do "pai da lei", associado à autoridade patriarcal e à sustentação econômica, e da "mãe do cuidado do lar", vinculada à domesticidade e à afetividade, perde centralidade na configuração familiar moderna. Em seu lugar, surge uma nova organização que inclui a presença de figuras como a babá, demonstrando a intersecção entre dinâmicas familiares e relações de trabalho.

Essa mudança reflete não apenas a dissolução de um modelo rígido e idealizado de família, mas também a permanência de desigualdades de classe e gênero que moldam essas novas formas de convivência. A inclusão da babá Maju no núcleo familiar revela como a delegação do cuidado – tradicionalmente atribuído à figura materna – tem se tornado uma prática comum entre as famílias de classes médias e altas, deslocando para

mulheres trabalhadoras, muitas vezes negras e de baixa renda, a responsabilidade pelas funções tradicionalmente femininas.

Esse deslocamento, por sua vez, insere as relações de trabalho doméstico em um espaço ambíguo, onde o profissionalismo e a intimidade convivem em tensões frequentes. Essa reorganização desafia narrativas que consolidaram o modelo patriarcal como norma universal e sugere um campo fértil para a criação de histórias que refletem as contradições e complexidades dessas novas configurações familiares. Lima (2014) também aponta para uma tentativa de construção de "novas formas de organização das funções familiares", sugerindo uma reconfiguração dos valores que norteiam as relações entre os membros da família e seus trabalhadores.

Essa nova construção familiar é comprovada ao vermos quando Fernanda toma a decisão de aceitar um novo cargo no emprego, ela entende que a tríade pais, filhos e babá, influência na sua decisão final porque uma coisa depende da outra, para que ela possa aceitar o cargo a babá precisa ficar com a filha dela por mais tempo, e ela entende que irá transferir seu papel de mãe para outrem e aceita, afinal, ela não gosta de ser “subjugada pelo papel de mãe” (Madalosso, 2020, p.26).

3.2 Entre a maternidade substituta e o realismo

Maju aproxima-se de uma realidade social amplamente compartilhada por mulheres em situações de vulnerabilidade econômica e social, marcada pela necessidade de aceitar condições laborais desfavoráveis devido à ausência de alternativas viáveis no mercado de trabalho. Sua decisão de aumentar a carga horária, mesmo contra sua vontade inicial, reflete um cenário de desigualdade estrutural em que sujeitos subalternos são frequentemente compelidos a escolhas impostas pelas condições socioeconômicas.

Essa situação evidencia a perpetuação de um sistema que restringe as possibilidades de mobilidade social e consolida a exploração de grupos historicamente marginalizados. Juliana Teixeira (2021) argumenta que muitas mulheres, especialmente aquelas em posições de subalternidade socioeconômica e racial, enfrentam pressões para aceitar condições de trabalho precárias devido à escassez de opções dignas de emprego. Essa dinâmica não apenas reafirma desigualdades sistêmicas, mas também coloca essas mulheres em posições de constante dependência e fragilidade diante de seus empregadores.

No caso de Maju, essa realidade ganha contornos ainda mais dramáticos, pois sua aceitação da proposta de trabalho não se baseia apenas na melhoria salarial, mas também na internalização de uma lógica de sobrevivência que condiciona suas escolhas. A narrativa de Maju não apenas retrata a experiência de uma mulher que se vê obrigada a submeter-se às condições impostas por sua patroa, mas também simboliza uma denúncia das estruturas que sustentam a exploração no trabalho doméstico, um campo historicamente marcado por desigualdades de gênero, raça e classe.

Segundo Teixeira (2021), a precarização do trabalho doméstico e a naturalização das relações de poder que ele envolve refletem um padrão que reforça a manutenção das hierarquias sociais e raciais. Assim, a decisão de Maju de aceitar a proposta é menos uma escolha ativa e mais uma imposição estrutural que exemplifica o peso das circunstâncias socioeconômicas sobre as mulheres em contextos semelhantes. Por meio dessa construção, a narrativa revela a complexidade das decisões enfrentadas por mulheres em situações de desigualdade e questiona a ideia de agência plena em um cenário de restrições impostas pelas condições sociais.

A professora apresenta:

[...] trabalhadoras domésticas mensalistas e diaristas [são] tratadas sob a conotação simbólica de criada. E, o que deveria ser fonte de indignação pública, mas permanece altamente disseminada: encontramos mulheres em condição de cárcere e escravização doméstica. (Teixeira, 2021, p.22).

A protagonista, Maju, é colocada em uma situação que reflete condições de trabalho análogas à escravidão, instauradas por sua empregadora, Fernanda. Apesar disso, a carga emocional e afetiva associada ao trabalho doméstico cria uma ambiguidade que dificulta para Maju reconhecer e confrontar plenamente a natureza exploratória desta relação. Como é o caso de uma moça que relembra sobre sua infância enquanto sua mãe trabalhava como doméstica,

Nessa casa havia uma menina que contava também com seus 09 anos de idade e ao fim do dia, quando encerrava meus afazeres ela me chamava para brincar e a brincadeira era bem parecida com a minha rotina de doméstica infantil. Eu era a empregada dela na brincadeira de casinha, de forma “lúdica” ela me chamava de escrava. Dizia: você é a minha escrava, vá buscar água... na minha inocência não via nada de mal nesse comportamento a época... minha mãe não tinha coragem de se opor a essa situação pois necessitamos dessa renda. É lamentável, pois muitas vezes aceitamos certos aspectos em uma relação seja ela de trabalho ou qualquer outra por sentirmos que não merecemos nada além do desprezo, humilhação... (Preta-Rara, 2019, p.68).

Mesmo sob o disfarce de brincadeiras infantis, ela vivenciava e brincava o ser escrava. A brincadeira de "casinha" se transforma em um microcosmo de opressão, onde o lúdico serve como um mecanismo de naturalização das desigualdades e da desumanização das mulheres. O uso do termo "escrava" por parte da menina reflete uma memória coletiva de violência e subjugação que continua a reverberar nas relações cotidianas, especialmente no contexto do trabalho doméstico.

A impossibilidade da mãe da menina de se opor a essa situação, por depender economicamente da renda obtida naquele espaço, é emblemática da vulnerabilidade estrutural que aprisiona mulheres em classes econômicas desfavorecidas, contribuindo para um ciclo de exploração. Essa vulnerabilidade não é apenas econômica, mas também simbólica, na medida em que a internalização de sentimentos de desvalorização e humilhação perpetua a aceitação de situações abusivas.

A crítica à aceitação passiva de situações de humilhação e exploração, expressa no trecho "sentirmos que não merecemos nada além do desprezo", convida a uma reflexão sobre o impacto psicológico e cultural dessas atitudes. Semelhantemente ao que aconteceu com Maju, residindo na casa da patroa, em um quarto chamado "Suíte Tóquio", percebe-se uma tentativa por parte de Fernanda de maquiar a exploração com elementos que possam conferir uma aparência de dignidade ou conforto à situação, assim como o caso das crianças.

Essa estratégia, no entanto, não elimina as assimetrias de poder e as condições precárias subjacentes, mas funciona como uma forma de suavizar as tensões e perpetuar as relações de dependência e subordinação que caracterizam o trabalho doméstico na sociedade contemporânea. Fernanda reconhece essa exploração e comenta sobre o fato:

Para compensar, transformei aquele quarto de empregada num lugar claro, descolado e dotado de amenidades como tevê e frigobar, um quarto que poderia muito bem ser a suíte de um hotel japonês. E por isso, e para me sentir menos escravocrata, batizei o cômodo de Suíte Tóquio. (Madalosso, 2020, p.27).

A transformação do quarto de empregada em um espaço "claro, descolado e dotado de amenidades" reflete uma tentativa de camuflar as assimetrias históricas que ainda perpassam a relação entre empregadores e empregadas domésticas. O uso do termo "Suíte Tóquio" carrega uma ironia sutil, evidenciando o esforço da empregadora em estetizar e romantizar um espaço que, apesar de suas melhorias, continua a simbolizar subordinação e desigualdade.

Ao mesmo tempo, a expressão "para me sentir menos escravocrata" revela a consciência parcial da empregadora sobre a perpetuação de dinâmicas herdadas do período colonial. Contudo, essa consciência não é acompanhada por uma transformação estrutural da relação, mas apenas por mudanças superficiais, como a adição de conforto material ao quarto da empregada. Esse gesto busca aliviar a culpa da patroa, sem, no entanto, questionar as bases profundas da desigualdade que sustentam a relação empregatícia.

Essa citação, portanto, não apenas expõe a permanência de estruturas sociais hierárquicas no trabalho doméstico, mas também questiona as formas contemporâneas de justificar e perpetuar essas relações. Por meio de uma narrativa irônica e crítica, Madalosso desafia o leitor a refletir sobre como as mudanças superficiais podem mascarar as desigualdades estruturais, ao mesmo tempo que nos convoca a repensar os limites da responsabilidade ética e social nas relações entre empregadores e trabalhadores domésticos.

Maju foi condicionada a renunciar a sua vida pessoal para se dedicar a família de sua patroa, assim como as amas de leite faziam. Essa condição está presente na sociedade brasileira antes mesmo do país ser reconhecido como Nação, desde a época da colonização do Brasil, com o Dom Pedro II tendo sua própria ama de leite. Durante o diálogo com Fernanda, Maju nota sinais de alerta, mas logo ela é enganada pela empregadora que desvia o foco dela, conforme mostra a cena a seguir:

Eu não queria ter filho? Já pensou que maravilha dar à luz num hospital particular? Mas pra isso eu preciso engravidar, dona Fernanda, e daí ela perguntou se o meu ciclo era regular. Eu disse que era um relógio, e ela falou que podíamos fazer o seguinte, eu folgaria um domingo por quinzena, e no dia em que estivesse ovulando, era só fazer a tabelinha, eu também podia dormir na minha casa. Teria direito a uma noite de visita íntima por mês. Na hora aquelas palavras me incomodaram, visita íntima, parecia coisa de presidiária, mas logo a dona Fernanda desatou a falar do dinheiro, [...]. (Madalosso, 2021, p.36-37).

As condições de trabalho às quais Maju estava submetida ultrapassavam os limites estabelecidos pela Constituição, configurando uma situação de exploração. Sua empregadora, de forma astuta, manipulava os sonhos e aspirações de Maju como uma estratégia de convencimento. Ciente das limitações financeiras de seu marido, Maju reconhecia que ele não seria capaz de oferecer os cuidados ideais para o parto do filho tão almejado. Essa percepção era reforçada por sua experiência prévia de frustrações ao

depositar expectativas no casamento, o que a deixava ainda mais vulnerável às pressões externas.

Em uma das escrituras apresentadas por Preta-Rara (2019), Dona M. também deixou sua vida pessoal para trabalhar, como Maju,

“Sou neta da Dona M. que trabalhou desde os 7 anos de idade.

Ela trabalhou como empregada doméstica em uma casa por mais de 35 anos (foi contratada como cozinheira, mas quando chegou lá...)

Todos esses anos dedicando todo seu tempo ao trabalho, “deixando de lado” seus filhos (não porque ela queria mas porque precisava trabalhar)”(Preta-Rara, 2019, p.83).

Comparando os dois trechos é possível criar um diálogo sobre as relações de poder, exploração e desigualdade nas experiências de mulheres trabalhadoras. Apesar de diferentes contextos narrativos, ambos os excertos convergem na representação do trabalho como uma esfera de subjugação que molda, restringe e, frequentemente, silencia as escolhas pessoais e familiares das mulheres.

No excerto de Preta-Rara (2019), expõe a condição de exploração laboral de uma mulher negra desde a infância. A narrativa ressalta a intersecção entre raça, classe e gênero ao descrever a trajetória de Dona M., cuja vida foi consumida pelo trabalho doméstico em condições precárias. A necessidade de "deixar de lado" os filhos não é apresentada como escolha, mas como imposição estrutural, sublinhando a invisibilidade e o sacrifício dela na sustentação de famílias alheias, enquanto as suas próprias eram negligenciadas por força das circunstâncias.

Por outro lado, o trecho de Madalosso (2021), a partir de um tom ficcional, apresenta o relato de uma trabalhadora que, em diálogo com sua empregadora, é confrontada com a objetificação de sua capacidade reprodutiva. A proposta de organizar sua vida íntima e familiar em função das necessidades do emprego evidencia a instrumentalização do seu corpo como parte do contrato laboral. O uso da expressão "visita íntima", com sua conotação carcerária, reforça o senso de desumanização e aprisionamento, enquanto o discurso sobre dinheiro ilustra a tentativa de justificar economicamente uma situação de opressão. Ambos denunciam as condições desiguais impostas às mulheres trabalhadoras, especialmente no serviço doméstico.

Maju e Dona M. perderam um tempo precioso de suas vidas para a vida dos patrões, deixaram de constituir uma família feliz para que eles pudessem ter uma família

feliz. Maju relata “chorei como não chorava desde a morte da minha vó, me sentindo abandonada de novo, pelo Lauro, pela minha cadela e pelo bebê que nem cheguei a ter, e quanto mais eu pensava mais me doía, [...]” (Madalosso, 2020, p.38). Devido a escolha que ela foi induzida a tomar, a babá perdeu as esperanças no casamento e num possível filho. Ela tinha esperança de constituir uma família com a pessoa que escolheu amar, mas viu tudo desmoronar por conta de sua ausência.

Apesar desse abuso no espaço laboral, as empregadas domésticas enfrentam múltiplas outras formas de abuso, frequentemente perpetradas por homens em diferentes esferas de suas vidas. Fora do ambiente profissional, as dinâmicas de violência manifestam-se em relações íntimas ou familiares, onde muitas vezes são exploradas emocional, econômica e sexualmente por parceiros que se aproveitam de sua dependência financeira ou do estigma associado à sua profissão.

Essa vulnerabilidade tem raízes em um contexto histórico e social em que o trabalho doméstico, predominantemente realizado por mulheres negras e periféricas, foi naturalizado como uma extensão de papéis de gênero subordinados. No entanto, essa naturalização não apenas sustenta a exploração econômica, mas também legitima práticas abusivas, colocando essas mulheres em posições de constante submissão e controle, tanto em casa quanto no trabalho. Além disso, a interseccionalidade entre classe, raça e gênero agrava essa situação, pois as empregadas domésticas frequentemente enfrentam discriminações que dificultam o acesso a direitos trabalhistas, proteção jurídica e autonomia pessoal.

Juliana Teixeira (2021) afirma que algumas mulheres falsamente acreditam que podem ter estabilidade e segurança dentro do seu relacionamento com um homem, contudo, elas “viram essa esperança de estabilidade propiciada pela relação tornar-se a continuidade ou o reforço do sofrimento com inúmeras violências.” (Teixeira, 2021, p.103) Os impactos desse cenário vão além das consequências individuais, perpetuando ciclos de pobreza, desigualdade e violência que atravessam gerações. Muitas dessas mulheres, ao serem sujeitas a abusos nos diferentes âmbitos de suas vidas, têm sua saúde mental e física comprometida, além de sua capacidade de romper com essas estruturas opressoras.

Maju, antes de casar com Lauro, passou por um abuso sexual, ela tenta justificar o ato ao ver-se como ingênua por acreditar que um homem poderia ajudá-la.

[...] eu era uma bobona de dezessete anos, o homem se oferecia pra me ajudar com as sacolas de supermercado e eu achava que ele queria namorar, o homem abria a porta do elevador pra mim e eu achava que ele queria casar. Até o dia que ele me chamou para o quartinho lá no último andar e eu entendi o que ele queria. Tampou minha boca com uma flanela cheirando a limpador de metal e me colocou de quatro na cama de solteiro, o sangue manchando o lençol de flores e ele repetindo: a putinha é virgem, a putinha é virgem, o cheiro de Brasso queimando as minhas narinas. Depois daquele dia, nunca mais consegui limpar uma prataria sem chorar, fiquei conhecida por polir com Brasso e lágrimas as baixelas da minha patroa. (Madalosso, 2020, p.30).

Este trecho exemplifica a potência visceral da literatura contemporânea ao abordar traumas femininos e a violência de gênero. A narrativa da protagonista, marcada por uma linguagem crua e profundamente sensorial, constroi um testemunho que transcende o relato individual para se tornar um eco do seu abuso e sobrevivência. Maju narra a dor de forma que nos faz entender que ela foi palpável por toda sua vida, conectando o sofrimento físico ao emocional e criando uma ponte entre a experiência pessoal e a crítica social.

A prataria suja e as lágrimas derramadas por ela ao limpá-las evocam não apenas a persistência do trauma, mas também o peso simbólico de suportar a violência em nome de uma aparência de normalidade. Ela deveria lidar com aquela situação sozinha e ainda ouvir comentários sarcásticos sobre sua condição. Cenas como essa não são difíceis de encontrar, é possível visualizá-las na contemporaneidade, meninas são aliciadas por seus padrões, sofrem agressões físicas e/ou verbais e ainda precisar “dar conta” do serviço que foram contratadas. Em um dos relatos registrado no livro *Eu, empregada doméstica a senzala moderna é o quartinho da empregada* (2019), uma moça descreve a história de sua avó:

Minha avó começou a trabalhar ainda criança como doméstica.

Ela conta com muita dor que a primeira casa que ela trabalhou, ela era babá. Tinha 12 anos, cuidava de 3 crianças.

Ela conta que a patroa sempre lhe servia de café da manhã água quente com açúcar e um fatia de pão seco.

Sofria vários abusos verbais dos patrões e das crianças (que eram encorajadas a não vê-la como gente)

Ela residia no trabalho, em uma facilidade do prédio que era um alojamento para as empregadas domésticas.

Uma outra empregada, mais velha, trancava ela no quarto que ela dormia, porque o patrão “tinha gosto” pelas mais novas.

Minha vó muitas vezes dormia ouvindo a maçaneta girar... (Preta-Rara, 2019, p.50).

Ao analisar relatos como o de Maju e compará-los com a realidade, torna-se evidente um padrão recorrente de abuso, no qual aqueles que detêm maior poder utilizam sua posição privilegiada para subjugar e causar sofrimento àqueles que, desprovidos de recursos ou apoio, não encontram meios eficazes de se defender. Essa dinâmica reflete uma desigualdade estrutural profundamente enraizada nas relações humanas e frequentemente retratada na literatura. Antoine Compagnon (2012) argumenta, a partir da *Poética* de Aristóteles, que “[...] a literatura imitava o mundo [...]” (Compagnon, 2012, p.124). Essa ideia é ampliada pelo próprio Aristóteles, que afirma que toda produção artística “vem a ser, de modo geral, imitações” (Aristóteles, 2021, p.28), exibindo o conceito de representação como um pilar da criação artística.

Nesse contexto, a experiência de Maju pode ser compreendida como um exemplo paradigmático de representação: sua vivência real não apenas inspira narrativas literárias, mas também encontra reflexo em histórias ficcionais que abordam o abuso, a opressão e as relações de poder. Ao mesmo tempo, essas representações ficcionais devolvem à sociedade um espelho de suas próprias práticas, expondo as estruturas de dominação que perpetuam a violência de gênero. A literatura, assim, torna-se um espaço de revelação e denúncia, ao imitar o mundo e, por extensão, amplificar suas contradições e desigualdades.

Nesse processo, a obra literária não apenas reproduz a realidade, mas também intervém nela, permitindo ao leitor refletir sobre as relações de poder que sustentam a violência. A narrativa de Maju, portanto, ultrapassa o domínio do particular para se tornar emblemática de uma condição social, evidenciando como a arte pode funcionar tanto como testemunho quanto como catalisador de transformação.

A discussão sobre verossimilhança apresentada por Aristóteles no capítulo IX de *A Poética Clássica* (2021) oferece um ponto de partida essencial para compreender como a narrativa literária constrói uma realidade que, embora fictícia, aparenta ser plausível e coerente. Aristóteles observa que “a obra do poeta não consiste em contar o que aconteceu, mas sim coisas quais podiam acontecer, possíveis no ponto de vista da verossimilhança ou da necessidade” (Aristóteles, 2021, p.28). Nesse sentido, a literatura não se limita à reprodução exata dos fatos, mas cria um universo autônomo que convida o receptor a suspendê-los em favor da narrativa, acreditando nas motivações e ações das personagens.

No romance *Madalosso* (2020), a decisão de Maju de raptar Cora ilustra de maneira exemplar essa construção de verossimilhança. Ainda que a ação de sequestrar uma criança possa ser moralmente condenável e, em termos legais, completamente ilícita, a narrativa conduz o leitor a compreender as razões de Maju e até a simpatizar com suas intenções. Esse movimento é possível graças à forma como é construído o vínculo entre Maju e Cora, enfatizando o cuidado quase obsessivo da protagonista com a saúde física e emocional da menina.

Esse vínculo é demonstrado em momentos como “[...] não suporto ver a minha Picochuca com a boca aberta para os germes do transporte coletivo. Pego o lenço umedecido pra limpar seu rosto.” (Madalosso, 2020, p.45), onde o zelo de Maju transcende o racional, e em “[...] tento ter paciência, não é certo estressar a menina” (Madalosso, 2020, p.87), revelando sua preocupação com o bem-estar psicológico de Cora.

A partir dessas passagens, elas não apenas conferem humanidade à personagem de Maju, mas também provoca o leitor a ponderar sobre a legitimidade de suas escolhas e os limites do amor materno. A construção narrativa habilmente molda uma verossimilhança emocional que alinha o receptor aos sentimentos e justificativas da protagonista. Esse alinhamento reforça o que Aristóteles define como a capacidade da representação de engajar o público por meio de ações que poderiam, em outro contexto, parecer plausíveis ou até inevitáveis.

Além disso, a verossimilhança, neste caso, também atua como uma estratégia ética e estética. Através dela, a autora desafia convenções morais e institucionais, oferecendo uma narrativa que interroga o papel das estruturas familiares tradicionais e da maternidade biológica. A decisão de Maju de raptar Cora, portanto, não é apenas um ato isolado, mas um ponto de partida para refletir sobre temas como amor, cuidado e as múltiplas formas de parentalidade, oscilando entre o plausível e o polêmico. Essa tensão é fundamental para o sucesso do enredo, que, ao mesmo tempo em que demanda empatia, não exime o leitor de questionar as implicações éticas das ações da protagonista.

É relevante abordar a forma como Fernanda aparece no romance porque ela possui características similares ao de uma mulher branca, de classe média alta, com uma posição social privilegiada, assim, reconhecer esse local da patroa reafirma a ideia de Teixeira (2021) sobre

falar de relações de trabalho envolve também, para além de colocar a trabalhadora doméstica como protagonista da história, falar sobre os contratantes dessas trabalhadoras (que inclusive tem dificuldade de se reconhecer como tal, já que têm dificuldade de reconhecer que existe uma relação de trabalho). (Teixeira, 2021, p.173)

Ao abordar a dificuldade dos patrões em reconhecer a relação de trabalho, a autora revela uma dinâmica de poder profundamente enraizada na colonialidade e no patriarcado, onde o espaço doméstico é romantizado, ao mesmo tempo que encobre as relações econômicas e a exploração presentes nesse ambiente. Esse não-reconhecimento pode ser interpretado como uma estratégia de apagamento, que serve para desumanizar as trabalhadoras, negando-lhes agência e protagonismo dentro do contexto trabalhista e social.

Dessa forma, o questionamento de uma leitora da página de Preta-Rara (2019) é relevante ao tentar entender como as patroas sentem-se superiores às empregadas e em como funciona essa relação “[...] de poder que fazem alguns se acharem mais que os outros? Quando sairemos dessa relação colonial?” (Preta-Rara, 2019, p.79). Fernanda não consegue perceber como está marginalizando a babá, pois ela não aceita que Maju faça as visitas íntimas combinadas anteriormente.

Em determinado momento da história, Cora precisa ir ao aniversário de uma colega, e sua mãe, Fernanda, precisa acompanhá-la, pois é o dia de folga da empregada doméstica. Esse contexto aparentemente cotidiano é permeado por tensões emocionais mais amplas, já que Fernanda enfrenta dificuldades em seu relacionamento com Yara, sua amante. Nessa circunstância, Fernanda demonstra seu descontentamento para Cacá, diálogo esse testemunhado e narrado por Maju.

No corredor, escutei ela dizendo que ia me mandar embora. O seu Cacá falou pra ela ter calma, eu não tinha feito nada de errado, foi ela mesma quem inventou aquele negócio de visita íntima. A dona Fernanda falou que era verdade, ela que tinha inventado, mas não tinha dado certo, precisava de alguém com quem pudesse contar todo dia. (Madalosso, 2020, p.140)

Essa reação inesperada da patroa faz com que Maju desespera com a possibilidade de perder seu emprego e, conseqüentemente, seu vínculo afetivo com Cora, a quem dedica cuidado e carinho. Esse vínculo, contudo, é moldado por uma estrutura desigual, na qual a empregada valoriza sua proximidade emocional com a criança acima da percepção clara dos maus-tratos e da exploração por parte de Fernanda. O diálogo entre Fernanda e Cacá, assim como a reação de Maju, exemplifica o que Teixeira (2021) define como “o trabalho

doméstico seja uma versão atual da relação de trabalho escravocrata.” (Teixeira, 2021, p.173).

A relação empregatícia se estabelece não apenas a partir de uma troca econômica, mas também por meio de dinâmicas de controle emocional e dependência afetiva, que tornam o ambiente doméstico um espaço de sobreposição entre exploração e intimidade. Essa análise permite questionar até que ponto o espaço doméstico se configura como um microcosmo de desigualdades estruturais. Embora o trabalho doméstico seja formalmente regulamentado em diversos países, a narrativa de Madalosso ressalta que, na prática, essas relações ainda carregam resquícios de um passado colonial, em que empregadores detêm amplo controle sobre as vidas de suas empregadas. O desamparo de Maju diante da ameaça de demissão, assim como sua dedicação quase maternal a Cora, evidencia a complexidade emocional dessas relações, marcadas tanto por afeto quanto por exploração e precariedade.

Em contraste, no real, há mulheres que passam pela situação que Maju passou com uma antiga criança que cuidava e que teve medo de acontecer entre ela e Cora.

Minha vizinha foi demitida após criar os dois filhos da patroa, um de 8 outro de 6. Ela já é uma senhora, terá dificuldades em arrumar outro emprego. Está cumprindo aviso, chora todo dia. É de partir o coração! Sentirá falta das crianças. O menor comemorará o aniversário esse fim de semana. Ele sentirá muita falta da mulher que o pegou no colo, trocou-lhe as fraldas, contou-lhe histórias, enfim. Ela não foi convidada. Eles compraram um cachorro de presente para ele. (Preta-Rara, 2019, p.102).

A citação de Preta-Rara (2019) revela, de forma contundente, a precariedade emocional e estrutural que caracteriza as relações de trabalho doméstico, especialmente quando estas se entrelaçam com laços afetivos. A vizinha mencionada dedicou anos de sua vida ao cuidado das crianças, estabelecendo vínculos que transcendem o âmbito profissional, mas que, ao fim, são descartados com a frieza de uma demissão. Desumanizando a trabalhadora doméstica, cuja dedicação e papel quase parental são ignorados ou substituídos, neste caso, pela chegada de um cachorro, em um gesto que banaliza a relação construída ao longo de anos.

O fato de ela não ser convidada para o aniversário do menino, para quem foi figura central de cuidado, reforça a invisibilidade social a que são submetidas. Apesar de sua contribuição essencial na formação e na vida emocional das crianças, seu papel é tratado como secundário e dispensável, revelando uma hierarquia afetiva e social que privilegia

os empregadores. Essa exclusão simboliza o apagamento do vínculo emocional em favor da manutenção de fronteiras de classe e poder, mesmo em um espaço, como o doméstico, onde essas fronteiras parecem mais fluidas.

Como consequência, desses acontecimentos, Maju sequestra Cora, e a mãe biológica não demonstra amor e nem preocupação pela filha, pois enquanto Cora está sendo sequestrada ela está tendo um caso extraconjugal em outro estado, como descrito a seguir,

[...] perguntei como tinha sido a filmagem. Yara disse que foi excelente, a ariranha tinha cumprido o cronograma, me contou algumas cenas. Em seguida, mandei um recado para o Matthew dizendo exatamente o contrário, [...]. Depois mandei recado para o Cacá, a Cora e para a minha assistente, que sabia o que eu estava aprontando e, se preciso, me daria cobertura. (Madalosso, 2020, p.112).

Como Fernanda apresenta ser uma mulher que não valoriza Cora, o receptor aceita acreditar na versão da narradora Maju, concorda com o sequestro e acredita que o crime cometido não é grave. Além disso, a construção narrativa nos possibilita visualizar a representação da cena por conseguir imaginar uma situação real. A babá descreve momentos com Cora que faz o leitor entender que há carinho e amor no cuidado com a criança, levando-os a tomar partido. Isso se dá devido à construção social de que a genitora feminina precisa demonstrar esse afeto materno como o de Maju para ser considerada mãe.

[...] começo a preparar a Picochuca. Ou a me preparar, porque ela já está pronta, arrumo seus cabelos mais como um carinho do que qualquer outra coisa, ponho na sua mão a naninha. Antes que saia, seguro seus ombros. A Maju nunca vai esquecer de você; agora, vai. Quero ver, hein? Ela sai andando de um jeito meio esquisito, quase mancando. Talvez porque esteja com um pé calçado e outro não. Eu me aproximo das grades que dão para a rua. Assim que ela sai da praça, chamo seu nome. Digo que pode atravessar. Rápido, rápido. Ela obedece, logo está do outro lado. Começa a andar e para, eu fico nervosa, o que tá acontecendo? Logo vejo que ela resolveu pisar só nas pedras brancas da calçada. Ainda bem que é boa nisso, não demora muito está na frente da portaria. Levanta na ponta dos pés e aperta o botão do interfone. Também chama pelo nome do porteiro. Assim que vejo o Chico sair da guarita, seco o meu rosto e dou as costas. (Madalosso, 2020, p.203).

Os elementos narrativos apresentados, tais como a descrição da Cora ao atravessar a rua, o brincar tendo um comportamento infantil, pertencente à faixa etária, tocar o interfone e chamar o porteiro, todos são elementos criados para convencer o leitor de que a cena é real e poderia acontecer em qualquer contexto, ainda que a obra não seja uma transcrição do mundo real, ela se apresenta como um constructo. Essa ação final, ao

devolver a criança para os pais biológicos, demonstram a dor sentida pela protagonista e em como o carinho de Maju pela criança permanece.

A partir de Compagnon (2012), a construção da argumentação presente só se torna possível mediante a relação estabelecida entre a obra *Suíte Tóquio* (2020), a escritora Preta-Rara (2019) e as discussões teóricas e críticas apresentadas por Juliana Teixeira (2021). Para que seja possível abordar um problema de forma adequada, é necessário primeiramente ter plena consciência de sua existência e das implicações que ele carrega. No caso das trabalhadoras domésticas, essa conscientização implica em compreender as condições de exploração, invisibilidade e discriminação enfrentadas por essas mulheres no contexto social e econômico.

A partir dessa compreensão, é possível dar sentido à obra literária, que se coloca como uma ferramenta de reflexão, transitando da ignorância à luz, permitindo a compreensão das questões sociais e políticas que ela busca discutir. Nesse processo, a obra literária se torna um meio de esclarecimento, oferecendo ao leitor uma interpretação que não apenas narra uma história, mas que, ao mesmo tempo, propõe uma visão crítica e contextualizada sobre a realidade social das trabalhadoras domésticas.

Ao articular os elementos da obra *Suíte Tóquio* (2020), a escritora Preta-Rara (2019) e as abordagens de Juliana Teixeira (2021), são capazes de trazer à tona questões fundamentais sobre raça, classe e gênero. Assim, a interpretação se configura como um convite à reflexão, proposta ao leitor ou espectador, que, ao se deparar com a obra, é levado a conceituar e compreender a história de uma forma que ultrapassa a simples narração de fatos, oferecendo uma leitura crítica e engajada com as problemáticas sociais contemporâneas. Nesse sentido, a obra literária se torna não apenas um reflexo da realidade, mas uma ferramenta de transformação e conscientização social, levando à crítica em relação às condições das trabalhadoras domésticas no mundo atual.

Dessa maneira, a representação torna-se “ativa [...] constituía uma aprendizagem”. (Compagnon, 2012, p.124). “O aprendizado mimético está, pois, ligado ao reconhecimento que é construído na obra e experimentado pelo leitor.” (Compagnon, 2012, p.128). A produção literária de Giovana Madalosso (2020) é capaz de unir as duas proposições apresentadas de representação, por Aristóteles (2021) e Compagnon (2012), ao apresentar uma obra verossímil no que se refere ao conhecimento de mundo possuído pelos leitores, até o momento em que ela se torna ativa ao prover uma aprendizagem a partir do conhecimento das vivências das empregadas domésticas no Brasil e em como o

papel de Maju, como mulher, pobre e pertencente a essa classe de trabalhadoras, torna-se relevante e contígua a realidade.

A personagem Maju, ao dar voz a essa realidade, desafia os leitores a refletirem sobre as estruturas que sustentam tais dinâmicas e sobre a responsabilidade coletiva de desestabilizar essas bases para construir um sistema mais equitativo. Dessa forma, a literatura desempenha um papel crucial ao lançar luz sobre essas histórias e ao instigar uma análise crítica das desigualdades que elas representam.

Considerações finais

Diante do exposto, esta dissertação examinou como a exploração das mulheres se manifesta no contexto do sistema capitalista e patriarcal. Foi explorado o papel maternal frequentemente associado às empregadas domésticas e governantas, destacando como o sistema perpetua a exploração dessas mulheres, submetendo-as a condições de trabalho precárias e mal remuneradas, sob a falsa promessa de inclusão em um círculo familiar. Essas empregadas assumem responsabilidades atribuídas a terceiros e seu trabalho muitas vezes ultrapassam a esfera econômica, desenvolvendo uma dependência emocional que reforça sua desumanização. Esse vínculo cria a ilusão de uma troca justa, enquanto as mantém em uma posição de subordinação e invisibilidade.

Um exemplo é a governanta Miss Taylor, de *Emma* (2013), conforme discutido por Teixeira (2021), pois sua relação com a protagonista transcende o vínculo profissional, sendo impregnada de sentimentos maternais que se confundem com sua função laboral. Essa dinâmica, embora afetuosa, reflete as armadilhas emocionais que perpetuam a exploração, ao transformar o trabalho em uma extensão do afeto. Para Emma, a relação com Mrs. Weston foi central para seu desenvolvimento pessoal, ajudando-a a se afirmar como uma mulher de opinião em uma sociedade patriarcal. Contudo, para Miss Taylor, a relação reforça sua invisibilidade estrutural como trabalhadora.

De modo semelhante, em *Suíte Tóquio* (2020), Maju narra a experiência de uma mulher que, em meio às imposições de sua patroa, denuncia as estruturas que sustentam a exploração do trabalho doméstico. Esse campo, historicamente atravessado por desigualdades de gênero, raça e classe, é uma demonstração da maneira como o capitalismo naturaliza o trabalho invisível. Tanto Miss Taylor quanto Maju são representações ficcionais que espelham uma realidade social: a transformação do trabalho doméstico em um espaço de exploração velada. As duas obras são essenciais para analisar como a passagem temporal representa a evolução social das protagonistas, Maju e Miss Taylor.

Ambas são responsáveis para compreender como cada personagem é no seu recorte temporal. A relação entre capitalismo e trabalho doméstico feminino emerge como central na análise das obras citadas. No sistema capitalista, o trabalho doméstico, realizado em sua maioria por mulheres, é desvalorizado justamente porque não se insere diretamente no ciclo de produção material, sendo relegado à esfera do cuidado. Essa

divisão reflete a lógica patriarcal que sustenta o capitalismo, na qual o trabalho feminino, ainda que essencial para a reprodução social e econômica, é marginalizado e subvalorizado.

Além disso, a ideia de família como justificativa para a exploração é um dispositivo ideológico que reforça esse abuso, mascarando as relações de poder. As empregadas e governantas são alçadas ao papel de “membros da família” sem nunca deixarem de ser trabalhadoras subordinadas, presas à desigualdade estrutural. A ficção, como vista em *Emma* (2013) e *Suíte Tóquio* (2020), cumpre um papel fundamental ao expor essas contradições e desafiar o status quo. Ao revelar as dinâmicas de invisibilidade e desumanização no trabalho doméstico, as obras analisadas ampliam o debate sobre as formas de opressão que estruturam tanto o capitalismo quanto às relações sociais.

Assim, conclui-se que a arte literária tem o poder de iluminar realidades marginalizadas, desvelando as sutilezas do trabalho doméstico feminino no capitalismo. Essas narrativas mostram como essas atividades, embora essenciais, são tratadas como subalternas, reforçando desigualdades de gênero, classe e raça que sustentam o sistema capitalista. Por meio dessa crítica, abrem-se caminhos para a desconstrução dessas estruturas e para a valorização do trabalho invisível como peça central na manutenção da sociedade.

As duas obras se complementam ao apresentarem mulheres que desempenham papéis similares, revelando como, apesar das profundas diferenças temporais e contextuais, elas compartilham características análogas. Ambas são invisibilizadas e estereotipadas, mas de formas distintas: enquanto Maju tem a oportunidade de expressar seus pensamentos e sentimentos, conquistando um protagonismo que a torna uma figura mais complexa e humana, Miss Taylor é reduzida a uma presença quase decorativa, descrita apenas de maneira superficial pelo narrador e apresentada como parte do cenário.

Essa diferença no tratamento das personagens reflete uma evolução significativa no papel das mulheres tanto na sociedade quanto na literatura. Com o passar dos séculos, as mulheres têm ampliado sua presença e influência em diferentes esferas, ainda que de forma gradual e com muitos desafios. Essa conquista progressiva tem deixado marcas perceptíveis nas obras ficcionais, onde as personagens femininas passaram a ocupar espaços mais relevantes, representando suas vozes, complexidades e subjetividades.

Esse movimento literário, por sua vez, espelha as transformações sociais e culturais, evidenciando como o protagonismo feminino na ficção é, em grande parte, um reflexo das lutas e avanços das mulheres no mundo real. Assim, Maju e Miss Taylor não são apenas personagens literárias, mas símbolos de seus respectivos contextos históricos e do avanço contínuo da visibilidade e da importância das mulheres nas narrativas. Sendo assim, mostra como dentro das obras as personagens tornam-se protagonistas devido ao recorte escolhido, ou seja, na contemporaneidade, as mulheres que comumente são invisibilizadas tornam-se centro principal apenas quando a sociedade decide virar suas lentes para elas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: *Notas de literatura I*. Tradução: Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003.
- ARISTÓTELES. *A poética clássica*. Aristóteles, Horácio, Longino. 20ª reimpressão. São Paulo, 2021.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%* [recurso eletrônico]: um manifesto. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. Tradução: George Bernard Sperber. 2. ed. revisada. São Paulo: Perspectiva, 1976. (Coleção Estudos – Crítica).
- AUSTEN, Jane. *Emma: a novel in three volumes*. Tradução: Doris Goettems. São Paulo: Editora Landmark, 2013.
- BARBOSA, J. A. A literatura como conhecimento: leituras e releituras. *Signótica*, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 35–44, 2009. DOI: 10.5216/sig.v8i1.7347. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/7347>. Acesso em: 2 jul. 2024.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 jul. 2024.
- CAMPOS, Haroldo de. Da transcrição: poética e semiótica da operação tradutora. In: TÁPIA, M.; NÓBREGA, T. M. (orgs.). *Transcrição*. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 77-104.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Minas Gerais: UFMG, 2012.
- DOMINGUES, Joelza Ester. Palavras de origem africana para trabalhar com os alunos. *Ensinar história*, 2021. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/palavras-de-origem-africana-para-trabalhar-com-os-alunos>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: _____. *Ditos e escritos: estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. Tradução: Fábio Fonseca de Melo. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 166-182, mar./maio 2002.

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Tintas. Quaderni di Letterature Iberiche e Iberoamericane*, v. 2, 2012, p. 199-221. Disponível em: <http://riviste.unimi.it/index.php/tintas>. Acesso em: 25 nov. 2022.

KILOMBA, Grada. Quem pode falar? Falando do centro, descolonizando o conhecimento. In: _____. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 47-67.

LIMA, Regina C. B. A importância da babá na construção da subjetividade. *Primórdios*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 53-66, 2014.

MADALOSSO, Giovana. *Suíte Tóquio*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.

PRETA-RARA. *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RONCADOR, Sônia. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. *Trabalho doméstico*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

VASCONCELOS, Sandra G. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo, 2002.

WINNICOTT, W. D. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.